

# O Contrabando no Romance Contemporâneo Português - Contextos Espaço-Sociais e Histórico-Económicos

João Francisco Marques

---

Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 669-695



## O Contrabando no Romance Contemporâneo Português - Contextos EspaçoSociais e Histórico-Económicos

João Francisco Marques \*

Ontem como hoje, apesar de todas as liberalizações e uniões, a fronteira persiste<sup>1</sup>. Longa, mesmo muito longa, duração a envolve. Consagra-a a memória, de lendas infiltrada. Na história foi recolhendo a sua verdade. Qual? A da protecção e obstáculo que os homens enfrentam e transgridem, na mira da sobrevivência, do enriquecimento, da fuga como do risco a desafiar a morte. O *limes* é terra de ninguém, de demarcação indefinida no terreno, sem e com trilhos, que os residentes da zona raiana no quotidiano calcorreiam e na candonga organizada percorrem. Por quase mil quilómetros se estende a linha fronteiriça luso-espanhola, assinalando identidades e soberanias multi-secularmente caldeadas. Do outro lado, fica quase igual extensão de orla marítima, de mais difícil percepção, onde começam as águas nossas e se abre o oceano de todos.

A *história fria* desta fronteira tem despertado interesse. Em 1998, estudiosos reunidos pela Casa de Velázquez e a Universidad Autónoma de Madrid celebraram um seminário sobre a evolução das fronteiras medievais hispânicas, séculos XI a XIV, perseguindo a temática identidade e representação, guiados pelo *servitio Dei et domini regis*, em que o combate ao Islão e a economia ganadeira ditavam leis, com o comércio, proibido, de armas, cereais e tecidos<sup>2</sup>. Onde há fronteiras, fatal, pulula o contrabando: ontem, terrestre e marítimo; aéreo e mundializado, também, nos tempos que decorrem.

No ano 2000, a instituição *Sociétés Historiques et Scientifiques*, sediada em Paris, dedicou o tema "Frontières" o seu 125º congresso nacional, onde consagrou alargado espaço à determinação e natureza da fronteira; à sua concretização e violações; ao imaginário que a envolve e trocas humanas que dificulta, dando óbvio e permanente relevo ao problema actual da construção europeia<sup>3</sup>.

Modelada por vontade e mão do homem, a fronteira, para além de geográfica, é barreira política, militar, linguística, identificando e delimitando estados, países e regiões. Se os defende, contraditoriamente proporciona convivências e solidariedades entre as populações fronteiriças que alimentam a memória e o imaginário, onde o real e o mítico se enlaçam, forçando a história a exercer a sua função de separador e destriça de águas. Passar sem salvo-conduto a linha de demarcação fortificada ou, ao

---

\* Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras do Porto.

<sup>1</sup> Em 24 e 25 de Janeiro de 1997, a Faculdade de Letras do Porto e o Centro de Estudos Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA), dirigido pelos Professores Luís António de Oliveira Ramos e François Guichard, de saudosa memória, organizaram uma Mesa Redonda consagrada ao tema: *Memórias da Fronteira. O Contrabando e Outras Histórias*, integrada no projecto «Articulação dos Territórios e Espaços de Margens». Apresentamos, na altura, a comunicação: «Perspectiva Histórica dos Contextos Espaço-Sociais do Contrabando no Romance Contemporâneo Português», que ficou pela oralidade, não sendo, por isso, incluída na brochura publicada: *O Contrabando e Outras Histórias*, aparecida em 2001, na Coleção de Trabalhos e Documentos do CENPA-15, numa edição CENPA/FLUP, 61 pp. A origem deste estudo, absolutamente inédito, arranca dessa circunstância.

<sup>2</sup> C. de Ayala Martínez / P. Buresi, P. Josserand, Eds., *Identidad y Representación de la Frontera en la España Medieval (siglos XI-XIV)*. Seminário celebrado em la Casa de Velázquez y la Universidad Autónoma de Madrid, 14-15 de diciembre de 1998, Madrid, 2001-X + 341 pp., map., 8 lám. col.

<sup>3</sup> Veja-se o excelente volume *Frontières*. Actes du 125e Congrès National des Sociétés Historique et Scientifiques, section histoire du monde moderne de la Révolution et des révolutions, Lille, 2000. Textes réunis et présentés par Christian Desplat, Paris, Editions du CTHS, 2002, 307 pp et ils.

menos, policialmente vigiada, sempre constitui, no entanto, risco e necessidade para troca económica ou salto para a liberdade, mesmo com a dor do exílio a apertar o coração. O contrabando tornou-se assim endémico e gerou especificidades múltiplas, como a história, por dever, regista.

No léxico português, o vocábulo rastreia-se em 1551, para se reencontrar em 1712, e sempre significando «comércio clandestino de mercadorias sujeitas a direitos com que se defrauda o tesouro público»<sup>4</sup>. Mas, imperando a proibição sobre o que era considerado perigoso para a população, o poder apertava a vigilância respeitante a bens e ideias. Assim, na Reforma Católica, ao surgir a lista censória, a Inquisição mantinha nos portos secos e marítimos o rigoroso controlo de livros que se procurava introduzir no país, atalhando o contágio<sup>5</sup>. Não faltam notícias nos papéis das alfândegas acerca das mercadorias que se tentava fazer escapar à verificação fiscal a que eram sonegadas. Descaminhos se chamavam, nos séculos XVI a XVIII, a estas fugas que a lei visava através do preceituado no regimento alfandegário<sup>6</sup>. E, se havia, *tomadores* das mercadorias, coexistiam delatores, uns e outros aproveitando-se do negócio. *Contrabandear*, *contrabandista* e *contrabando* aparecem, então, no periodismo e na literatura oitocentista, sinal de que campeava florescente este comércio ilícito e se reclamavam políticas e estratégias para se combaterem os seus malefícios reais e virtuais. *O Farol*, semanário de Latino Coelho, denuncia, em Junho de 1849, a actividade corrupta do cordão aduaneiro, ineficaz e venal, de consequências nefastas para a indústria e agricultura pátrias<sup>7</sup>. A moral permissiva das gentes raianas favoreciam o alastrar da chaga: «Portugal remete para Espanha, e recebe de lá, por contrabando, todos os produtos de que o mercado carece», tornando desperdício o dinheiro gasto na fiscalização da fronteira, e a alfândega «instituição inútil de feudal memória»<sup>8</sup>. Mantê-la, escrevia-se no portuense *O Ecco Popular* de Outubro de 1850, não servirá apenas «para que *el contrabandista* não passe ao catálogo dos heróis da legenda romanesca, e o nosso guarda venal da raia permaneça eternamente fora do número dos homens honestos»<sup>9</sup>? O mesmo diário, em «A Crise Comercial do Porto», denuncia a «estagnação da venda e exportação dos vinhos do Alto Douro apontando como uma das causas desta situação a introdução por contrabando de grandes quantidades de aguardente de vinho de Espanha»<sup>10</sup>. E, se a agricultura do Alentejo, escrevia-se na folha tripeira *Justiça*, também «padecia enormemente da concorrência que lhe faziam os cereais espanhóis», introduzidos pelo criminoso processo, os pescadores algarvios metiam de igual forma o peixe no país vizinho<sup>11</sup>. Como se vê, nesta matéria, os males são bem crónicos. Denunciavam-se, assim, os monopólios portugueses e espanhóis, que engrossavam o mal. Se o sabão, alertava o *Jornal do Porto* em Março de 1859, já circulava livre, permanecia sem controlo o tabaco e a pólvora, sublinhando que «não surpreendia que fosse sobretudo pelas malhas do contrabando que girava na Península o grosso das mercadorias como o azeite, os cereais (com destaque para o trigo), os vinhos, as aguardentes e vinagres, mas também os tecidos de lã e de seda, o anil, indigo, e ainda o açúcar, o café e gado vivo»<sup>12</sup>. Desde o século anterior que as pautas aduaneiras

<sup>4</sup> Ver: António de Morais Silva, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 7.ª edição revista, corrigida, muito aumentada e actualizada por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado, vol. III, Lisboa, Editorial Confluência, 1951, p. 479; António Houassis, *Dicionário Houassis da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Objectiva, 2001, p. 820.

<sup>5</sup> A vigilância policial exercida nos portos secos e marítimos através das alfândegas sobre livros impressos, proscritos pelos índices expurgatórios da Inquisição iniciada em 1550, organizou-se e intensificou-se no vinténio imediato. Em 1650 o P. António Vieira incorreu em suspeita de haver trazido do estrangeiro livros proibidos. Cf. José Sebastião da Silva Dias, «Censura Literária em Portugal», in *Dicionário de Literatura*, direcção de Jacinto do Prado Coelho, 1.º volume, 3.ª edição, Porto, Figueirinhas, 1973, p. 174-175. Refere o escritor Eduardo de Noronha (1859-1948) na biografia do famigerado Pina Manique, *Intendente de Antes Quebrar* que, no desplotar da Revolução Francesa, o porto de Setúbal era «considerado o coio de contrabando do país e muitos pacotes de "livros ímpios" aí chegavam debaixo do pescado. E assim, tresandando ainda a sargo e a corvina, forravam as estantes do duque de Lafões e correligionários como o abade José Correia da Serra, que fundou com aquele a Academia das Ciências de Lisboa». Cf. António Cabrita, «No reino das moscas. A Revolução Francesa e os seus ecos em Portugal no tempo de Pina Manique ...», in *Expresso*, n.º 1567 (9.11.2002), Suplemento 'Cartaz', p. 16.

<sup>6</sup> Cf. Francisco Ribeiro da Silva, «Apreensão de Mercadorias proibidas nos finais de setecentos. Um exemplo», in *O Contrabando e Outras Histórias*, cit. em 1, p. 18.

<sup>7</sup> Cf. Maria da Conceição Meireles Pereira, «O Contrabando Luso-Espanhol no século XIX - O Discurso dos Teóricos», in *O Contrabando e Outras Histórias*, p. 30.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 41.

especificavam em extenso rol as mercadorias defesas pelas pragmáticas do Reino, enquanto muitas outras afins ou introduzidas em crescendo no uso quotidiano de todas as classes sociais, dos bens alimentares aos objectos de adorno, dos panos variados ao vestuário e calçado, de utensílios de serviço doméstico às armas, se lhes juntavam<sup>15</sup>. Com leque tão alargado, o mercado podia ser florescente, se a procura continuasse estimulada pela disponibilidade económica dos potenciais consumidores. E o referido periódico enfaticamente escrevia: «O contrabando é a questão da actualidade»<sup>14</sup>.

Sensível ao que fazia mover a sociedade, a literatura do tempo, interessada em coar a realidade, não deixava passar em silêncio o fenómeno. Nas *Memórias do Cárcere* (1861), fala Camilo Castelo Branco de um preso na Cadeia da Relação do Porto, condenado pelo fabrico clandestino de papel selado cujo «sócio tinha uma quinta, que de [há] muito servia de escala para os contrabandos desembarcados na costa»<sup>15</sup>. Em *Aventuras de Bazílio Fernandes Enxertado* (1863), refere o romancista, a propósito, os proveitos lucrativos auferidos deste modo de vida<sup>16</sup>. Na conversa mole entre compadres, Manuel José Borges, despachante da alfândega, e um merceeiro, o Enxertado, ao tocarem na maneira de iludir o fisco, referiram o contrabando em que alguns vizinhos haviam enriquecido<sup>17</sup>. Aliás, acentua Camilo, era esta «a mais aceitável das hypotheses, com que no Porto superficialmente se explicam muitas *fortunas*», por isso se dizia que o despachante «roubara a fazenda nacional contrabandeando»<sup>18</sup>. A mesma nódoa espelhava no fato do Enxertado de quem o outro rosnava serem três partes da fortuna roubadas à fazenda nacional, pois só no tempo do cerco (1892) metera «no Porto trezentas pipas de vinho sem pagar direitos» e contrabandeava «há 25 annos com felicidade de burro»<sup>19</sup>. De boa fama, de resto, não gozava o contrabandista, nome pejorativo para a gente de bem tripeira.

Quando jornadeava pela orla costeira a pensar em *Os Pescadores*, ao ver Olhão, «entranhado de salmoura e perdido no mundo», a viver só do mar, não escapou a Raul Brandão esta realidade: «Todos se conheciam. Os que não eram marítimos, eram filhos ou netos de marítimos, contrabandistas uns e outros pescadores costeiros e pescadores do alto que iam à cavala a Larache»<sup>20</sup>. Nenhuma mais prova foi preciso para reconhecer que «o grande negócio de Olhão foi sempre o contrabando. Não é contrabandista quem quer: é preciso inteligência e astúcia, arrojo, o alerta dum chefe selvagem e a imaginação dum poeta». Impressionara-o um tal Mendinho, «contrabandista famoso», de setenta e dois anos, «mestre reputado» que ainda fazia «na sua goleta a carreira de Gibraltar». Homem de «um grande engenho» que fora dado por perdido durante um temporal desfeito que assolou a costa algarvia, mas, tendo conseguido abrigar-se em Marrocos, reapareceu dois dias depois: «manda quebrar mastros, deitar as amuradas abaixo, rasgar as velas - e trazia o porão atulhado de rico contrabando que descarregou nas barbas do fisco compungido»<sup>21</sup>. Tolerante, o povo solidarizava-se, conivente com os que se entregavam ao negócio proibido: «toda a gente em Olhão, ricos e pobres, protegia os contrabandistas e entrava no negócio». Continua Raul Brandão: «Nunca em terra se apreendeu uma peça de fazenda. Passava-se de soteia para soteia - para o que basta estender os braços - e corria, se fosse preciso, a vila toda, porque nessas ocasiões até inimigos rancorosos se julgavam no dever de esconder o contrabando, e todas as casas tinham uma guardadeira ou falso entre duas paredes»<sup>22</sup>. O contágio pespegou-se ao escritor que confessa, ao contemplar na despedida do Algarve «a brancura imaculada dos terraços com o céu todo de ouro em cima», o desejo que lhe invade a alma: ter «um barco para o contrabando nos mercados de Gibraltar e de Marrocos, satisfazendo assim» seus «velhos instintos de pirata»<sup>23</sup>.

<sup>1</sup> *Ibidem*, p. AO.

<sup>2</sup> Cf. F. Ribeiro da Silva, *loc. cit.*, p. 20-22.

<sup>3</sup> Cf. M. C. Meireles Pereira, *loc. cit.*, p. 39.

<sup>4</sup> Cf. Camilo Castelo Branco, *Memórias do Cárcere*, Prefácio e fixação do texto de Aníbal Pinto de Castro, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 2001, p. 119.

<sup>5</sup> Cf. Id., *Aventuras de Bazílio Fernandes Enxertado*, 4ª ed., Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1920, p. 13.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 70.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 138.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 139.

<sup>9</sup> Cf. Raul Brandão, *Os Pescadores*, Lisboa, Estúdios Cor, 1957, p. 160.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 162-163.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 163.

A imprensa, embora crítica, reflectia o laxismo moral da população face ao contrabando e aos que se lhe entregavam, cujo destino a mentalidade popular pintava de legendários heroísmos. Júlio de Oliveira Pimentel escrevia em 1860, na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, editada em Lisboa: «o contrabandista representa na Península um typo eminentemente popular, poético e até infelizmente sympatico para muitas povoações de ambos os reinos. [...] Todos acolhem o contrabandista, todos o agazalham, todos o festejam, e os géneros que elle vende são reputados sempre os melhores, e preferidos aos que offerece o escasso commercio de boa fé, que ainda tenta resistir a esta perigosa concorrência»<sup>24</sup>.

Tão cheio de potencialidades artísticas era este real, e dramáticas tantas das encruzilhadas humanas que o retalhavam, que surpresa seria a poesia e a música, a literatura de ficção e o cinema não se lhe sentirem atraídos como fonte de inspiração. A antropologia cultural, a sociologia, a economia e a geografia humana matizam este húmus vital, expressando-o e dinamizando-o. Há, ainda, conjunturas motivadoras a despoletar e alimentar estratégias políticas e intentos ideológicos, e a encarniçar debates comprometidos e propagandas doutrinárias de cunho apologético. A ilustração apresenta assim veios variados para circular. Afantasia e a história convergem e intrincam o que poderia ter sido e o que foi. Em que medida o romance realista e neo-realista, enraizados em nossa contemporaneidade e animados por propósitos éticos e ideológicos, repercutiram e se interessaram por essa *história quente* do contrabando que lhes era coeva? A questão despertou-nos a curiosidade e na procura de resposta nos envolvemos na pesquisa. O fio diacrónico e o descritivo sociológico foram os marcos metodológicos que nos orientaram. A eleição de obras significativas, ainda que discutíveis, foi o corpus documental para uma análise exemplificadora, embora não obviamente exaustiva, sem deixar, contudo, de se atender a seus contextos épocais - o *quente* onde o factual entra em ebulição e o subjectivismo se torna mais inevitável.

A realçar, antes de mais, que a memória e a imaginação deslizam paralelas nesta ficção historiorizada. Se o sociológico, envolvido na patine do romanesco, não se ajusta historicamente na coincidência desejada com o real ocorrido, o que é invenção poderia, de facto, ter sido realidade, mesmo sem o recurso ao consabido dito de que, por vezes, a realidade imita a ficção. O autor, ao menos com indirecta experiência vivida do real, pretende retratá-lo como soube ou imagina ter sido<sup>25</sup>. De resto, não será a narrativa histórica uma recriação, que se pretende objectiva, do passado? O tempo cronológico e o espaço podem, na ficção, haver sido mesmo esses. Os personagens, se não foram os verdadeiros actores, podem recortar-se nestes, insuflando o romanesco de maior verosimilhança. A matéria é, não raro, a que o autor conheceu e/ou lhe contaram. E se, no fundo, não existiram propriamente aqueles protagonistas nem aquelas situações, o quotidiano, a atmosfera sociológica e psicológica, as motivações e as mentalidades - esse *concreto* que o historiador também procura - são verdadeiros em sua dimensão espacial, social e, de certo modo, até factual. Num testemunho de recorte fidedigno, Manuel Tiago [ Álvaro Cunhal ] explicita bem a questão abordada. Ao advertir que os contos de seu livro *Fronteiras* devem ser lidos como ficção, acrescenta: « O essencial dos acontecimentos narrados, o fio de cada história de saltos clandestinos de fronteira, bem como esquemas, situações, soluções, dificuldades incluindo as mais duras, e mesmo grande parte dos incidentes, correspondem a experiências de homens e mulheres que as viveram na vida real». E, dentro do mesmo lógico raciocínio, continua a asseverar: « escrever histórias não é fazer História, porque ficção é imaginação, fantasia e sonho, em cada um destes contos e em cada uma das personagens estão, presentes e fundidos num todo, casos, situações, características e experiências diversas. Nenhuma das histórias foi assim tal qual. Mas tudo o que se conta aconteceu. Tudo nestes contos é ficção e tudo neles é realidade ». A ilacção a tirar não será, pois, outra

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 173.

<sup>24</sup> Cf. M. C. Meireles Pereira, *loc. cit.*, p. 45.

<sup>25</sup> Mário Vargas Llosa, escritor, jornalista e crítico, e também ficcionista, falando da criação literária, em seu entender sempre proveniente «dum fundo irracional», afirmou algo que poderá ser, certamente, generalizado: «Para mim, o principal material de experiências que, aos poucos, e de forma não premeditada, deixam um rasto na memória, uma marca. Essa marca são imagens e essas imagens, se tornam obsessivas, convertem-se num tema. A partir daí começo a tomar apontamentos [...]». Cf. Maria João Avillez, «Entrevista. Mário Vargas Llosa», in *Expresso*, n.º 1565 (26.10.2002), "Revista", p. 36-38.

que a adiantada no fecho: « Assim, se o leitor se sentir tentado a acreditar que as coisas se passaram como são narradas, pode estar certo de que não se engana em relação à verdade histórica »<sup>26</sup>. Desta forma, mesmo que o enlace entre o efectivamente acontecido e o ficcionado resulte assim tão dissolvido, é natural que a curiosidade do historiador o leve a procurar, nessas *estórias* o húmido do que foi real, isto é, do que efectivamente terá ocorrido.

O corpus literário, ora reunido, pertence ao género romance, tomado no conceito teórico comumente aceite. Razão por que não nos debruçamos, por exemplo, sobre o conto de Miguel Torga, *Fronteira*, aliás analisado em penetrante estudo pela universitária lusófona Marie-Hélène Piwnick<sup>27</sup>, e sobre outros mais que, no âmbito ficcionista *tout-court*, se incluem. Num perfil diacrónico, os textos reunidos situam-se, conforme suas datas de aparecimento, entre a década de 30 e de 90. O limite-fronteira é o luso-espanhol, desde o Alto Minho, a prolongar-se no topo do nordeste transmontano, descendo pela linha beiroa e alentejana até morrer no Algarve, pois do contrabando por aí processado há registo mais ou menos significativo. O embate entre os contrabandistas e os agentes da autoridade coloca aqueles sob dois fogos: o dos guarda-fiscais e o dos *carabineros*, na aventura da ida e regresso, trilho obrigatório dos operários da actividade e alvo de implacável mira. Os imperativos e contextos são prioritariamente económicos, sem deixar de caber algum lugar aos políticos, aqueles interesseira e solidariamente assumidos pelas populações fronteiriças que os enquadram e facilitam. O resto é pano de fundo sociológico e antropológico-cultural, seiva que percorre e anima as narrativas accionadas, de cerne trágico. O grotesco-pícaro que por vezes aparece, aqui e além com insistência, surge, como pincelada literária de cepa ibérica<sup>28</sup>, no desenvolvimento dramático das histórias que, contudo, raro dão protagonismo ao contrabando.

Preferível pareceu ser, como via metodológica de análise, seguir o ritmo do tema no desfiar cronológico dos romances seriadados. Na verdade, o contrabandear de bens e homens, económica e politicamente, pode legitimar o estabelecimento de ciclos temporais que expliquem esta actividade de sobrevivência e enriquecimento, de vítimas e aproveitadores, sujeitos à lei do mercado, tanto no respeito a acordos contratuais, como nos desvios desumanos. Perigosa luta pela vida, a quem amiúde, na raia, outros meios de subsistência se não oferecem. O inventário do *corpus* escolhido foi o que houve ensejo de conhecer. A apresentação descritiva do elenco reunido deixa abertas sistematizações e sínteses, a sublinhar linhas de força, a caracterizar ciclos, a apontar declínios e mutações no contrabando das gentes fronteiriças deste nosso país peninsular, vulnerável na corda terrestre e marítima. Mas não seria melhor optar por uma análise, partindo das coordenadas geo-conjunturais e sócio-económicas do contrabando fronteiriço luso-espanhol, emergentes da intriga estruturante dos romances seriadados? A saber: *Terra Fria* (1934) de Ferreira de Castro, *Maria dos Tojos* (1938) de Miguel Angelo Barros Ferreira, *Maria Mitm* (1939), *A Noite e a Madrugada* (1950) e *Minas de San Francisco* (1951) de Fernando Namora, *Seara de Vento* (1958) de Manuel da Fonseca, *Barranco de Cegos* (1962) de Alves Redol, *O Rio que vem do Lugo* (1966) de Adelino Peres Rodrigues, *Fronteiras* (1973) de Assis Esperança, *O Pão não cai do Céu* (1975/76) de José Rodrigues Migueis, *Cinco Dias, Cinco Noites* (1976) de Manuel Tiago [Álvaro Cunhal], *O Lobo Guerrelheiro* (1992). Por esta via metódica se enveredou, na procura de um passado já perdido, recorrendo ao seguinte escalonamento, a desenvolver:

#### Terras e contextos temporais

A norte, o Minho é a fronteira geográfica que separa politicamente Portugal da Galiza - sinal vermelho a demarcar soberanias dos dois países que se dizem irmãos. Atente-se, ainda, conforme

<sup>26</sup> Manuel Tiago, *Fronteiras*. Contos, Lisboa, Edições Avante, 1998, p. 9 (Nota do Autor).

<sup>27</sup> Mane Hélène Piwnick, «Lecture de "Fronteira", de Miguel Torga», in *O Contrabando e outras histórias*, p. 53-61.

<sup>28</sup> Com várias obras já publicadas, Fernando Namora confessava: «Tenho procurado, bem ou mal, encaminhar-me para a novela picara peninsular, e o meu romance *Noite e a Madrugada* é um passo nesse caminho, como o será o novo livro *O Trigo e o Joio*, que estou a terminar». Cf. «Uma entrevista com o escritor Fernando Namora», in *Ler*, Jornal de Letras, Artes e Ciências, ano 2, nº 14 (Maio, 1953), p. 1. Ver, a propósito: Yvonne David-Peyre, «O elemento picaresco em três romances de Fernando Namora / I e II», in *Colóquio-Letras*, nºs 40 e 41, Novembro de 1977 e Janeiro de 1978, p. 48-56 e 45-53.

Carlos Ferreira de Almeida precisou: «A Mancha portuguesa da bacia do Minho está actualmente dividida em cinco concelhos, a saber: Caminha, Cerveira, Valença, Monção, Melgaço e Paredes de Coura, todos de origem medieval. Globalmente é uma zona montanhosa e, na ocupação das suas gentes, predomina, largamente, a agricultura. Nas montanhas, nas serras de Arga, do Extremo e da Gavieira há razoáveis zonas planálticas com boa aptidão para a pastorícia.<sup>29</sup>» Com a contiguidade, geradora de relações amistosas entre as populações raianas luso-espanholas, e as condições geomorfológicas dos espaços ribeirinhos que entestam as duas frentes, o contrabando podia germinar. De facto, assim aconteceu, com óbvias incidências conjunturais, que um passado multi-secular até nossos dias regista em evidentes marcas. Na área nordeste do Alto Minho, a típica freguesia de Castro Laboreiro é, para Miguel Torga, «a alta e livre terra de pastores, dos contrabandistas e das urzes»<sup>30</sup>. O aro de Ponte da Barca conheceu os feitos turbulentos e despóticos do *Capitão-mor* Braz de Antas da Gama e seus criados que, a 9 de Setembro de 1747, na feira semanal da vila espancaram os oficiais da Alfândega Régia, no exercício das suas funções, tendo já, no mês precedente, prendido dois guardas de Vila Nova de Cerveira e mantido na cadeia dois dias, enquanto eram entregues «aos donos (deve dizer-se - contra-bandistas) as fazendas apreendidas»<sup>31</sup>. Em seu romance regionalista, *Maria dos Tojos*, publicado em 1938 de que, dez anos depois, o cineasta Armando de Miranda extraiu um sofrível filme<sup>32</sup>, o jornalista Miguel Angelo de Barros Ferreira<sup>33</sup> centra a intriga de um violento drama amoroso em plena Serra do Soajo, na aldeia de Ribeira, em Castro Laboreiro, onde o povo vivia, nos anos trinta, entre as lides nos campos de sementeira, o pastoreio comunal e a dolorosa emigração sazonal. Nómadas do trabalho assalariado, os que partiam, se menos ambiciosos para se atreverem a demandar as Astúrias, Catalunha ou França, iam só até Trás-os-Montes e Beira Alta, «em peregrinação a pé, por exiguidade de recursos [...], varando serras sem noção de fronteiras», que os limites de sua freguesia morriam na Ponte Velha ou, pouco além, na «Amenjoeira, no Ribeirão de Baixo, que dividia a fronteira portuguesa da espanhola». Partiam as levas no outono, «mal os primeiros frios anunciavam a aproximação do inverno» e, «quando voltava a primavera, regressavam alegres, aos lares humildes, com um pecúlio amassado de privações e submissão à ganância dos mestres de obras que, à custa do suor alheio, ganhavam o descanso das suas velhices»<sup>34</sup>. Alguns mais moços resignaram-se a ficar, mas sempre inconformados com este viver «na serra, entre mulheres que arroteavam as terras, na ausência dos maridos e dos irmãos, e homens decrépitos, que viviam das recordações da sua mocidade trabalhosa»<sup>35</sup>. Tanto do lado da Galiza, «defronte, na outra margem do ribeiro», como de Portugal, «a mesma cadeia de montes se abraçava», não ficando a raia mais que «uma convenção» e a noção de pátria convertida em fronteira<sup>36</sup>. Mais: «No lado de lá havia um posto de carabineiros, para repressão do contrabando; na margem portuguesa, um «quartel» de guardas-fiscais. Meio

<sup>29</sup> Cf. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Alto Minho*, Lisboa, Editorial Presença - Novos Guias de Portugal, 1987, p. 145.

<sup>30</sup> Cf. Miguel Torga, *Portugal*, 6.<sup>a</sup> edição, Coimbra, 1993, p. 22.

<sup>31</sup> Cf. Idem, cit por Carlos A E de Almeida, in *op. cit.*, p. 187.

<sup>32</sup> Ver M. Félix Ribeiro, *Filmes e Factos da História do Cinema Português, 189&1949*, Lisboa, Edição da Cinemateca Portuguesa, 1983, p. 604-608. O problema humano do contrabando, vivido na raia fronteiriça com incidências sociais e dramáticas, aparece tratado no cinema português também nos filmes de Jorge Brum do Canto, «Lobos da Serra» (1942) e de Carlos Porfírio, «Um grito na Noite» [1948]. A acção do primeiro passa-se na Serra do Soajo, precisamente na região nortenha onde se desenrola «Serra Brava», de Armando de Miranda, e a do segundo na raia do Baixo Alentejo e do Algarve, zona que o realizador bem conhecia, pois nascera em Faro, tendo transportado para este os seus aspectos importantes da etnografia popular algarvia.

<sup>33</sup> Miguel Angelo Barros Ferreira (Melgaço, 7.06.1906 - S. Paulo-Brasil, 16.12.1997) emigrou para a Amazónia em 1922 e, dois anos depois, abraçava a carreira de jornalista, tendo trabalhado no «Correio Paulistano», no «Diário da Noite» e no «Diário de S. Paulo». De regresso a Portugal em 1933, rumou de novo para o Brasil, no ano em que se desencadeia a 2.ª Guerra Mundial, e integra os quadros dos «Diários Associados», de Assis Chateaubriand, ao mesmo tempo que continua uma produção literária, abrangendo a ficção, a história e a crónica, num total de 34 obras publicadas. *Flauta Mágica* e *Maria dos Tojos*, centradas no ambiente da sua terra do Alto Minho e dissecando o húmus social da região de Castro Laboreiro. Ver: Júlio Vaz, «Faleceu o grande escritor e ilustre melgacense, Miguel Angelo Barros Ferreira», in *A voz de Melgaço*, ano LJI, n.º 1054 (1 e 15.01.1997), p. 1 e 7; *Pe. Júlio Vaz apresenta Mário*, 1996, p. 257-263. O romance estudado, onde o tráfico do contrabando desencadeia uma tragédia amorosa, é: *Maria dos Tojos*, Porto, Editora Educação Nacional, 1938, cuja edição citamos.

<sup>34</sup> A Barros Ferreira, *Maria dos Tojos*, p. 9-10,12.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 29.



pequeno, todos se conheciam e cumprimentavam. Havia uma espécie de confraternização entre os carabineiros de luzente tricórnio de oleado, os guarda-fiscais e os contrabandistas, num tácito reconhecimento de que deviam o pão à existência comum. Evitavam astutamente encontrar-se, para que não houvesse quebra da disciplina nem abuso da tolerância»<sup>37</sup>. Tácito realismo, suficiente para o contrabando ser aceite como um mal necessário.

Cerca dos indícios de 1930, começam as histórias, entrelaçadas num fio narrativo, que Adelino Peres Rodrigues<sup>38</sup>, dotado de invulgar força dramática na manipulação do picaresco, pretendeu ser bastante para denominar de romance *O Rio que Vem de Lago*, texto de 1966 datado de Barbeita<sup>39</sup>, freguesia entre Monção e Melgaço, na raia que bordeja o Minho, onde desagua o Gadanha ao longo do qual se espalmam aldeias típicas, cuja identificação o escritor disfarça sob os topónimos de Livramento, lugar da freguesia de Ceivães, do aro concelhio monçanense, Trovisco e Lamas da Serra, habitadas por gente que trazia a existência cosida à pobreza. Naquele «tabuleiro geográfico», da franja terminal do Alto Minho, «os chãos aquecidos desde o Maio», criavam «milhito tímido» ladeado por "dosséis de latadas", enquanto «velhos caminhos cabreiros, semeados de seixos rolados e lascas de granito», iam dar às margens do rio em que pastavam juntas barrosãs, e «cabras vivas e medrosas retouçavam nos muros forrados de musgo, silvas e arroz silvestre»<sup>40</sup>. Pedreiros da área, «em busca da broinha para oito dias de trabalho» e retempero no *calor* da companheira, «ao cair das tardes de sábado vinham a nado, roupa à cabeça dentro da qual estava a féria de uma semana, ganha nas pedreiras e na construção civil galega, féria sobrevalorizada pelo câmbio espanhol de então»<sup>41</sup>. Sem contar com os grupos de contrabandistas, organizados em potentados económicos, que, valendo-se de tarefeiros engajados aqui e ali, actuavam nos «confins geográficos da fronteira»<sup>42</sup>. Nestas frotas de *petates*, recorrendo quando possível a batelas, que levavam contrabando a vizinhas terras galegas, de Bande a Orense e a outras mais, mulheres se juntavam «pelas madrugadas de todo o ano», sujeitas a sofrer violações ou a cair mortas pelas descargas dos carabineiros<sup>43</sup>, quando não acontecia ficarem incapacitadas para o resto da vida em algum desastre de batela afundada, por excesso de carga, no Minho traiçoeiro<sup>44</sup>.

As terras de Barroso, por sua vez, ficam na região transmontana do norte cuja fronteira se estende pelas cumeadas dos distritos de Vila Real e Bragança - onde na freguesia de Aveleda ainda se encontra assinalada uma trilha de contrabando -, detendo-se ante a Sanábria espanhola. Ao Alto Trás-os-Montes os agrónomos chamam *Terra Fria*, região de vida primitiva e baixa densidade populacional, de pequenos e médios proprietários e de jornaleiros e pastores, de montanhas despidas de vegetação, de economia agrícola dominada pelo cultivo de centeio e batata, e pastoril, equili-

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>38</sup> Adelino Peres Rodrigues, natural de Lisboa (04.11.1921), onde vive, é de ascendência oriunda do Alto Minho e Galiza. O pai, António Rodrigues, emigrou em busca de trabalho para a capital e aqui conheceu Maria da Conceição Peres, de Orense, com quem casou. Tendo frequentado o ensino técnico, médio, começou por ser esteno-dactilógrafo na Assembleia Nacional e, após se licenciar em 1950, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, foi, durante largos anos, Chefe de Secção de Contabilidade do SNI. Jornalista e ficcionista, publicou: *Brisa dos Tempos Idos* (novelas históricas para adolescentes), em 1957; *As Maçãs de Adão* (contos e novelas), em 1962; *O Passeio do Emir* (novela), em 1966. Ao fazerem a recensão crítica de *As Maçãs de Adão*, Luís de Oliveira Guimarães escrevia na «República», de 12 de Fevereiro de 1962, tratar-se de um novelista dotado de impressionante «poder de efabulação e de descritivo»; e Amândio César, na secção «O livro da Semana» do «Diário de Notícias», de 5 de Julho do mesmo ano, realçava que esta obra lhe conferia, «por mérito próprio, um lugar de vanguarda na moderna ficção portuguesa», transmitindo «uma visão integral do drama da gente minhota e da terra minhota». Assinado de Barbeita (Monção), em 1966, foi *O Rio que vem do Lugo*, que não traz data de edição, impresso na livraria Pax, para a Sociedade de Expansão Cultural, sendo desta tiragem o exemplar de que nos servimos, embora haja uma 2ª edição, publicada em Lisboa pela Universitária Editora em 2000. Conforme o autor acentua (Prefácio, p. 10), *O Rio que vem do Lugo*, galardoado pela Academia de Ciências de Lisboa com o Prémio Ricardo Malheiros, «não é um romance histórico mas enquadra-se numa época bem definida por acontecimentos relevantes passados na raia do Minho galego e português, nos tempos revoltos da guerra civil espanhola, antes e depois de 36», recorrendo a nomes supostos e reais. Fez sair ainda: em 1969, o livro de contos v4 *Trave*; em 1973, o romance *A Cidade junto do mar*; em 2000, a obra de cunho autobiográfico *O retrato de Chiquita, um retrato da revolução* (Lisboa, Universitária Editora).

<sup>39</sup> Cf. A. P. Rodrigues, *O Rio que vem do Lugo*, p. 328.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 116.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 117.

brada pela criação de gado, em que o bovino de raça barrosã se tornou justamente famoso<sup>45</sup>. Os varões, alguns na adolescência ou juventude, emigravam para a América, a África e o Brasil. «Metem, anotou Miguel Torga, toda a quimera numa saca de retalhos, e lá vão eles. Mourejam como leões, fundam centros de solidariedade humana por toda a parte, deixam um rasto luminoso por onde passam, e voltam mais tarde, aos sessenta, de corrente ao peito, cachucho no dedo, e com a mesma quimera numa mala de couro. Gastam cem contos numa pedreira a fazer uma horta, constróem um casarão, com duas águias no telhado, e respondem com ar manhoso a quem lhes censura um amor tão desvairado às berças: - Infeliz pássaro que nasce em ruim ninho... E continuam a comer tallhadas de presunto cru. Os que ficam, cavam a vida inteira»<sup>46</sup>. Na contiguidade da serra do Geres, a cumeada do Larouco, ponto mais elevado (1525 m) do Alto Barroso, vai marcando o limite transmontano a separar o solo português do espanhol, com limite impreciso durante larga duração. «Ainda no século XVI, escreveu Vergílio Taborada, a serra do Larouco não estava delimitada, levando Galegos e Portugueses a pastar aí em comum os seus gados»<sup>47</sup>. Como a aldeia de Tourém, outros enclaves havia em espaço galego. Terra, por isso, propícia ao contrabando? Sem dúvida.

Documento humano, de impressionante e trágico verismo é *Terra Fria* (1935) de Ferreira de Castro<sup>48</sup>, romance ligado ao ciclo da sua ficção em que se dedicava também ao jornalismo profissional da reportagem, ou seja, «à experiência pessoal e à observação experimentada»<sup>49</sup>. Escreveu-o nos primórdios da década de trinta do século último, depois de passar diversas épocas do ano entre essa «gente barrosã, humilde e boa»<sup>50</sup>. Para Álvaro Salema, *Terra Fria* «constitui um marco relevante na germinação que começa a desvendar-se pouco depois - especialmente através de Alves Redol - da forte geração que lançou em Portugal o movimento neo-realista»<sup>51</sup>. Na aldeia de Padornelos e imediações, enraiza Ferreira de Castro a intriga romanesca que acaba em tragédia com a morte violenta de um barrosão adúltero, emigrado da Califórnia donde regressava rico<sup>52</sup>. A terra, situada na serra do Larouco, é uma freguesia do concelho de Montalegre e uma das demarcações da raia luso-espanhola. Ao tempo, «de sorte igual à de outras aldeolas barrosãs, parecia, no Inverno, uma grande pocilga». A pobreza e o desconforto tomavam-na quase por inteiro. Lembra o autor de *Terra Fria*: «As casuchas possuíam dois pisos: em baixo, para vacas, suínos, cabras e ovelhas; em cima, para os homens, as mulheres e a filharada. Não se sabia onde acabava o curral e onde começava a habitação da gente. As crianças cresciam entre os porcos, nas vielas, nos pátios, por toda a parte, e, muitas vezes, o choro manso de um recém-nascido era abafado pelo mugir lamentoso de vaca a quem tinham vendido a cria. Havia casebres em que pais, filhos e netos viviam em tal promiscuidade, oito, dez, doze corpos de sexos e idades diferentes dormindo no mesmo quadrilongo fosco, as camas procurando a vizinhança do borrarho, hoje como há cem anos, há quinhentos, há mil»<sup>53</sup>. Com a Espanha ao lado e a mira numa habitação melhor e sobrevivência mais protegida, alguns destes raianos deixam-se aliciar pelo contrabando de peles, levadas por trilhas pedregosas, para o país vizinho. Ao tempo, porém, os lucros eram magros: «Os galegos estravagam tudo, quer pagando quantos direitos os guardas-fiscais exigiam, quer andando, na calada da noite», clandestinamente, a fazer concorrência<sup>54</sup>.

Ainda na região do Barroso, a partir da aurícula de Gostofrio, confinante com a fronteira, ser-

<sup>45</sup> *Guia de Portugal, V. Trás-os-Montes e Alto-Douro, I. Vila Real, Chaves e Barroso*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, p. 10.

<sup>46</sup> Cf. Miguel Torga, *Portugal*, Coimbra, 1993, p. 37-38.

<sup>47</sup> Cf. Vergílio Taborada, «Introdução Geográfica», in *Guia de Portugal*, cit. em 43, p. 20.

<sup>48</sup> José Maria Ferreira de Castro (Ossela, Oliveira de Azeméis, 1898 - Porto, 1974), ficcionista e jornalista, com 13 anos emigrou para o Brasil e viveu num seringal da Amazônia a dramática experiência que retratará em *v4 Selva* (1930). Anarco-sindicalista do grupo de *A Batalha*, principiou com o romance *Emigrantes* (1928) a escrever a obra que lhe grangeou renome, repassada de um cunho humanista, de que se devem mencionar: *Terra Fria* (1934), *yl Lã e a Neve* (1947), *A Curva da Estrada* (1950) e *A Missão* (1954), bem como os livros de viagens *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações* (1937) e *A Volta ao Mundo* (1944). A versão de *Terra Fria*, a utilizar, é a da edição: *Obras de Ferreira de Castro*, vol. I, Porto, Lello e Irmão Editores, 1975, p. 829-1017.

<sup>49</sup> Cf. Álvaro Salema, «Ferreira de Castro. Uma vida e uma obra», in *Obras de Ferreira de Castro*, ed. cit, p. XXXIV.

<sup>50</sup> Cf. *Terra Fria*, ed. cit, p. 835.

<sup>51</sup> Cf. A Salema, *loc. cit*, p. XXV.

<sup>52</sup> Cf. *Terra Fria*, p. 839.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 840.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 836.

penteadando por Donões, Montalegre, Vilar das Perdizes, Gralheira e canalizado pela raia de Padroso e Tourém - aldeia sententrional da cordilheira que liga o Geres ao Larouco, uma das mais populosas e ricas daqueles lugares, de influências galegas e relações conviventes, compreensíveis pela chegada vizinhança -, situa-se *O Lobo Guerrilheiro*, romance de Bento Cruz<sup>55</sup>, médico durante largo tempo em terras de Barroso, aparecido em 1992, de sabor camiliano e aquilinesco. Os meados dos anos trinta, em que arranca a dinâmica da *estória*, eram, na região, vedados ao progresso e presos dos males endémicos: «analfabetismo, ignorância, superstição, trabalho, fome e frio, doenças, misérias e vergonhas»<sup>56</sup>. De muito anterior ao tempo da guerra civil, o contrabando aí se praticava. Terras de passagem - como os picos de Sendim e de Portelo «com um caminho de carro entre toucas, batedeiro de lobos e contrabandistas» -, ali se traçaram dois consagrados circuitos «"o galego" e o "português". O primeiro era mais curto, uns quinze quilómetros, mas tinha o inconveniente de atravessar o termo e a população galega de Vilar, paróquia de Randin. O segundo media aproximadamente trinta e atravessava a serra da Mourela, por Copelães»<sup>57</sup>. Estreitos e fraternos eram os contactos das populações de uma e outra banda, e colaboradores, mutuamente, as duas autoridades de policiamento: a guarda fiscal e a civil. Simpatias que conduzirão à fuga para França dos protagonistas: o guarda-fiscal Lobo, desertor e guerrilheiro, e a professora Consuelo, confessa militante frente-populista. Envolvidos no contrabando, «num sentido ou noutro», contavam-se, entre os residentes, famílias, com mulheres empenhadas no tráfico, gente de alguma posição económica e social, ao lado de «pataqueiros», e até clérigos galegos que alcançavam por esse meio largos cabedais - que tudo servia para se ir investir nele em Espanha, mesmo dinheiro surripiado. Havia esposa, deixada «na flor» com filhos de colo para alimentar, de quem o marido, emigrante na América do Norte, nunca mais se lembrara, e que, para enfrentar a vida, abria «uma chafarica na aldeia, traficava por feiras e arraias», metida no contrabando e encontrada «de noite, pelas encruzilhadas, de pistola à cinta e alazão lançado a galope»<sup>58</sup>. Cabia neste mundo gente de toda a espécie: o marginal «vadio, contrabandista, assassino, ladrão, mulherengo, arruaceiro, filho rebelde e mau»<sup>59</sup>. Será que aqui a realidade imitaria a ficção?

Descendo do topo ocidental transmontano à raia beiroa, em posição algo recuada em relação aos povoados fronteiriços de Alfaiates, Aldeia Velha e do Bispo, o típico lugarejo de *Quadrazais* - escondido na serra da Malcata, prolongamento de Mesas que, por sua vez, continua a espanhola da Gata, «serras de granito e xisto, terrenos frágos e despídos de arvoredos, tristonhos e pobres, por onde as culturas regadas se insinuam ao longo dos ribeiros, deixando as encostas ao centeio e matagal»<sup>60</sup> - se anichou desde tempos ancestrais, o contrabando. Descreve-o com superior mestria Nuno de Montemor, pseudónimo do P. Joaquim Alvares de Almeida<sup>61</sup>, no soberbo romance regionalista *Maria Mim* (1939) que relata, precisamente, uma intriga tecida em redor da passagem de uma frota de contrabandistas que a guarda-fiscal tenta interceptar. O nervo da narrativa, à mistura com morte violenta e rígida servidão endogâmica a adensar o drama, é o idílio inconstante e nostálgico entre um oficial do exército, artista-pintor, e uma rústica quadrazenha contra-

<sup>55</sup> Bento Gonçalves da Cruz (Peirezes da Chã, Montalegre, 1925 -), médico e ficcionista, sensível à rusticidade regionalista que bem conhece, por suas origens e exercício da profissão em terras barrosanas. Contador de estórias, que «deve muito aos ritmos e ritos da expressão oral», tende a sua ficção «em regra como uma sucessão de eventos que se vão encadeando pelo alvitre da memória, ou por nexos factuais geridos com desenvoltura». Perpassa nela «uma grande amplitude de notações emocionais, a guerra civil de Espanha e as lutas contra a repressão e o fascismo, o instinto libertário, as rixas e os crimes, a austeridade, o irrefreável das pulsões transgressivas, a malícia, a inocência, os festins de amigos e tunantes, a premente questionação dos tabus». Escreveu entre outras obras, *Planalto em Chamas* (1963), *Ao Longo da Fronteira* (1964), romance reelaborado na versão de *O Lobo Guerrilheiro* (1992), *Filhas de Loth* (1967), *Contos de Gosto/rio* (1973), *Histórias da Vermelhinha*, contos da tradição oral do Barroso. Ver: *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, Vol. V, coordenado por Hídio Rocha, Lisboa, Publicações Europa-América, 2000, p. 404406. Citamos a edição de *O Lobo Guerrilheiro*, Lisboa, Editorial Notícias, s/d [1992].

<sup>56</sup> Cf. Bento da Cruz, *O Lobo Guerrilheiro*, ed. cit, p. 106.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 32, 93, 102-104, 225, 234.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 293.

<sup>60</sup> Cf. Orlando Ribeiro, «III. Beira Baixa», in *Guia de Portugal. Beira. II - Beira Baixa e Beira Alta*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p. 626.

<sup>61</sup> Nuno de Montemor (Quadrazais, Sabugal, 1881 - Lisboa, 1964), pseudónimo do Pe. Joaquim Augusto Álvares de Almeida, dotado de inegável talento literário, alcançou, como poeta de inspiração bíblica e ficcionista de vigor apoloético e regional, de componente historicizante, a difusão de que gozou, em particular, no meio católico. Dignas de menção: na poesia, *O Cântico da dor*

bandista. Agarra do ficcionista, de escrita correntia e elegante, se consegue um amalgamar feliz de memorialismo oral, dados observados e suportes históricos etnográficos, aliás um documento curiosíssimo de antropologia cultural, não evita uma escorregadia fixação cronológica da intriga. O cordão sanitário militar que cerca a localidade, ante a ameaça de algum surto epidémico vindo da vizinha Espanha no vai-vem do contrabando, sugere, como época a considerar, a imediata à primeira grande conflito mundial, se bem que uma alusão a cortes e à revolta dos cuanhamas obrigue a recuá-la a tempos da monarquia<sup>62</sup>. De resto, com origem a perder-se por altura das guerras liberais, remota era a sua prática, no quotidiano de Quadrazais, aureolada pelo legendário. Anota o autor de *Maria de Mim*. «Nos tempos agudos do contrabando, as aldeias do Sabugal e dos concelhos vizinhos acolhi-am, com pasmo e estima, esses homens que, muitas vezes ensanguentados pelas balas dos guardas, lhes metiam em casa o pão, o azeite, o tabaco, o calçado, todos os produtos necessários à vida, por um preço compatível com a magra bolsa, a toda a hora esvaziada pelo devorismo fiscal do Estado»<sup>63</sup>. Se atirava para matar a guarda que lhe fazia frente e o perseguia como a coelho no mato, era porque esta também atacava a matar. Daí, como herói romântico o pinta: «O seu fato de tresnoitado, roto nos matagais, o olhar e ouvido em contínuo alerta, o segredo com que vendia, os mil ardis misteriosos de que usava, faziam do quadrazenho um aventureiro que, por interesse próprio, ocultavam, porque ele era a providência benéfica dos lares pobres»<sup>64</sup>. A gíria própria de que usava assemelhava-se a uma linguagem críptica de disfarce e defesa do negócio<sup>65</sup>.

Aldeia raiana, Quadrazais está encrustada no território de Riba-Coa, integrado desde D. Dinis na metrópole portuguesa. A terra pagava bem o tributo da interioridade, abandonada pelos poderes públicos e com o caminho de ferro longe. O cultivo ficava pelas «castanhas e fetos e moitas para as assar»; e mesmo que alguma coisa sobrasse ninguém a comprava, «porque o transporte ficava mais caro que a fazenda»<sup>66</sup>. As casas, «baixinhas, pequenas e pardas, feitas com lascas de pedras miúdas, mal pegadas com barro amarelo», são tão frágeis como ninhos de andorinhas, nem vedam o vento, nem protegem do frio<sup>67</sup>. Pobre, o recurso ao contrabando, que agregava famílias, era uma fonte de sobrevivência que a opinião pública portuguesa considerava «caminho de vergonha»<sup>68</sup>. Os pais metiam nele os filhos, às vezes, ainda crianças de dez anos. No entanto, diz Nuno de Montemor, denunciando a hipocrisia, a palavra não é só «feia e criminoso quem o passa e vende», pois os que o compravam não lhe pareciam mais dignos. A verdade, na aceitação da fazenda contrabandeada, estava, então, à vista, logo nas imediações: «... não há por aí toalha de igreja, veste de santa, batina de padre, balandrau de advogado, toga de juiz, que não seja de Espanha. Quem uma vez esteve no Sabugal e, depois, corre o país, de terra em terra, lembra sempre o bom negócio: «comprei isto quando estive no Sabugal... é fazenda para toda a vida...» Só não falam dos quadrazenhos a quem compraram o contrabando. É que este só merece cadeia e morte no momento que passa. Depois, tão bom e barato o acham, que até lhes parece oferta do céu ...»<sup>69</sup>. Para os quadrazenos, a guarda-fiscal era corrupta e o romancista enfatiza as acusações, desmontando o sistema: «Alguns são comerciantes, contrabandistas disfarçados, têm lojas por essa raia fora, onde vendem por dez o que nos apanham e nós venderíamos por três. Para isso mandam arrematar pelos caixeiros, os contrabandos, e com uma factura selada de dez alpergatas vendem alpergatas toda a vida»<sup>70</sup>. As trilhas de passagem para o bando, que arriscava «a vida a toda a hora para ter o pão de cada dia», zigazeavam

(1925), *Água de Neve* (1933), *Quando se tem Mãe* (1946); na narrativa de seiva novo-testamentária, *Maria, a Pecadora* (1930), *A Virgem* (1931), *As Duas Paixões de São Paulo* (1949); no romance, *Flávio* (1923), a trilogia -*A Paixão de uma Religiosa* (1927), *O Irmão de Luzia* (1928), *A Maior Glória* (1929) -, *A Hora Vermelha* (1932), *E o Sangue se fez Luz* (1937), *Maria Mim* (1939), *Crime de um Homem Bom* (1945), *Glória em Sangue* (1946). A edição utilizada de *Maria Mim* é a 3ª, s/d, publicada pela União Gráfica de Lisboa.

<sup>62</sup> Cf. *Mana Mim*, p. 100.

<sup>63</sup> Totem, p. 322.

<sup>64</sup> *Ibidem*.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 334-340.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 78-79.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 71.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 76.

pela serra, coalhada de giestais que tanto o escondia como o obrigava a largos rodeios, a fugir a emboscadas<sup>71</sup>.

Dominada pelo distrito de Castelo Branco, a divisão administrativa da Beira Baixa, injustificada para Orlando Ribeiro, «é uma manta de retalhos, alguns já estremenhos ou alentejanos, uma justaposição de unidades, essas bem demarcadas no aspecto da paisagem e no modo de viver dos habitantes e, como tal, provida de nomes populares»<sup>72</sup>. Durante longa extensão, o rio Erges demarca a fronteira, o que acontece desde quando o afluente sai do Tejo até flectir para o interior português cerca de Salvador, a dois passos da linha fronteira. No centro, ficam próximos Monsanto e o morro granítico da serra de Penha Garcia e, na rectaguarda, Idanha-a-Velha, enquanto, ao longe, esfumada, avista-se a serra da Gata - tudo terrenos frágios, escalvados e áridos, salpicados de nesgas de cultivo. No conjunto que a envolve, o sábio professor assim caracterizou *essa Arraia* da Beira Baixa: «uma região sertaneja, perdida no isolamento, escassamente povoada de antigas terras e gasta de velhos usos»<sup>73</sup>. Fica aqui situada a trama de *A noite e a madrugada*, romance de Fernando Namora<sup>74</sup>, publicado em 1950, que, quase vinte cinco anos depois, contava 12 edições, num total de duzentos e quinze mil e quinhentos exemplares. Médico, o autor mudara-se em 1944 dos arredores de Castelo Branco para Monsanto da Beira, e aqui casara<sup>75</sup>. Conhecia, pois, bem a região onde decorre a acção desta obra de referência da ficção neo-realista<sup>76</sup>.

O topónimo Montalvo, a que recorreu para identificar a localidade em que estão radicados os personagens-chave, não passa de um disfarce<sup>77</sup>. A menção a Penha Garcia e às aldeias espanholas de Valverde dei Fresno e Pelares dei Porto, com o rio Erges de permeio<sup>78</sup>, é, no entanto, bastante para reconhecermos o sítio em que se desenvolve a intriga humaníssima e dolorosa, recortada pela luta de classes e pelo contrabando. A descrição vigorosa não ilude: «Raia de Espanha. Serranias azuis e violentas que se amaciam subitamente em olivais, campinas de trigo, planaltos de terra vermelha. Caminhos de estevas, de fragas, onde o perigo sai dos barrancos e dos muros, ou caminhos melancolicamente guarnecidos de plátanos, abrindo clareiras na mata de pinheiros mansos, de um verde calmo e opulento, onde se escondem os celeiros das companhias agrícolas. Mas antes de os ganhões desempregados e os contrabandistas de profissão chegarem a essas terras têm de atravessar os baldios do seu país. Para cá das faldas desabrigadas, com o rio Erges esmagado entre muralhas de granito, o casario nasce dos moinhos afogados nas enxurradas, sobe penosamente as margens das ribeiras, agacha-se à sombra das rochas e espraia-se por fim em aldeolas mesquinhas. Depois vem a planície, triste como um descampado, devassada pelo vento de Espanha, que satura o ar de poeira e solidão. Planície nua, crestada pelo sol, que amadurece as infundáveis searas de trigo»<sup>79</sup>. Os homens válidos - no tempo cronologicamente indefinido, pois não é dado Fernando

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 78 e 70.

<sup>72</sup> Cf. O. Ribeiro, «III. Beira Baixa», in *op. cit* em 58, p. 625.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 688.

<sup>74</sup> Fernando Gonçalves Namora (Condeixa, 15.04.1919 - Lisboa, 31.01.1989), médico e escritor, frequentou a Universidade de Coimbra onde se formou em medicina. Em 1937 publica a novela *Pecado Venial* e, no ano seguinte, o livro de poemas *Relevo*, aparecendo o romance *Fogo na noite escura* em 1942. Começa a exercer clínica nos arredores de Castelo Branco, em 1943, e escreve a novela *Casa da Malta*, realizando no ano imediato a sua única exposição de pintura. Muda-se para Monsanto da Beira e, em 1946, é médico municipal de Pavia, no Alentejo, publicando *Minas de San Francisco* (1946) e a primeira série de *Retalhos da vida de um médico* (1949), o romance *A noite e a madrugada* em 1950, altura em que toma posse do cargo de assistente do Instituto Português de Oncologia, em Lisboa, seguindo-se as obras: *Deuses e Demónios da Medicina* (1952), *O Trigo e o Joio* (1954), *Cidade Solitária* (1959), *Diálogo em Setembro* (1966), *O Rio Triste* (1982). A versão utilizada de *Minas de San Francisco* é a da 3ª edição, refundida, datada de 1952, da Editorial Inquérito, de Lisboa e a de *A noite e a Madrugada* e a da 12ª edição, de Publicações Europa-América, Lisboa, 1994.

<sup>75</sup> Cf. «Fernando Namora (1919-1989)», in *Jornal de Notícias*, 31.01.2002, p. 52.

<sup>76</sup> Ao referir-se-lhe, Franco Nogueira, anotando que a acção é «frouxa» e a cronologia não «suficientemente marcada», sublinha possuir «cenas que são directas no seu significado», com destaque para «a do cerco dos contrabandistas». E acrescenta: «Pela sua intensidade, pelo seu vigor, pela sua fragância, pelo dramatismo das situações, pelo recorte dos personagens, pelo seu movimento geral, essas páginas são das mais notáveis da literatura portuguesa dos nossos dias [escrevia cerca de 1954]. Lembram-nos os melhores trechos de Steinbeck em *Dubious Battle* ou de Hemingway em *For Whom the Bell Tolls*», embora as figuras tenham sempre «maior relevo do que os acontecimentos». Cf. *Jornal de Crítica Literária* (1943-1953), Lisboa, livraria Portugália, 1954, p. 132-133.

<sup>77</sup> Por Montalvo só se conhece a freguesia do mesmo nome do concelho de Constância, bem longe da raia.

<sup>78</sup> Cf. Fernando Namora, *A noite e a madrugada*, ed. cit, p. 18 e 77.

<sup>79</sup> Cf. *Ibidem*, *A noite e a madrugada*, p. 75.

Namora a tais precisões, contudo a rondar pela década de quarenta - ganhavam nas jornas miseráveis, «com o esforço de burros», e o sustento no contrabando, «ofício imposto pelas encrencas da vida»<sup>80</sup>. As transações eram alimentadas pela procura do país vizinho e vivia-se do receio que «os Espanhóis cancelassem as encomendas, porque «muitos contrabandistas viviam muito da esperança nesse ganho»<sup>81</sup>. As serras eram livres, mas os quilómetros a percorrer tortuosos e os ganhos provenientes de acasos felizes<sup>82</sup>. As cargas distribuam-se, em certas levadas, por «trinta homens de alugo» que caminhavam «distanciados uns dos outros, numa fila sinuosa, por vezes interrompida nas ravinas e nas gargantas dos ribeiros», com o nevoeiro a cortejar «a coroa das serras paralelas à raia». Na volta, outra carga se trazia. Se tudo se arrumasse «sem fugas e sem tiros, o esforço dobrado de um par de noites valia um mês de enxada nas herdades»<sup>83</sup>. Os contrabandistas, homens e mulheres - algumas, viúvas de companheiros mortos pela guarda, entravam no grupo -, «nesta terra - de- ninguém da raia», eram guiados pelo seu faro e decisão»<sup>84</sup>. Como a guarda batia a serra palmo a palmo, revolvendo «todos os covis das ravinas e dos matagais»<sup>85</sup>, a estratégia consistia em «espalhar os homens cada vez mais para longe»<sup>86</sup>. E, mesmo assim, «a morte pode vir sem aviso», pois «nestas vidas há sempre um espingarda por detrás das moitas»<sup>87</sup>. As malhadas -choças de pastores, semeadas nas veredas da serra - convertiam-se em abrigos traiçoeiros e lugares de retempero de forças<sup>88</sup>. As águas do Erges, a coberto da negridão da noite, tomavam-se difíceis de vadear e, por tal, «eram em grande parte, bons cúmplices da travessia» do contrabando<sup>89</sup>. Soberbas pinceladas realistas, como a dramática vadeação do rio, que ocupa grande parte da narrativa<sup>90</sup> - musculada de resto, por discursos e movimentações dos camponeses, espoliados e oprimidos, tendentes à revolta social -, proporcionam elementos elucidativos da actividade contrabandista, na década de 40, nessa zona da Beira-Baixa contígua à raia espanhola.

Nesta região, na época acesa do volframismo, tema que a veia ficcionista de Aquilino Ribeiro já explorara<sup>91</sup>, situa ainda Fernando Namora, as *Minas de San Francisco*, na altura da publicação pelo autor considerado, dentre os que escrevera, o «romance mais sólido, mais estruturado, mais bem conseguido», embora «menos português»<sup>92</sup>. Para Mário Sacramento, o volframismo longe de ser «um acontecimento pícaro ou um retalho apenas de rusticidade», mas «o símbolo de um país subdesenvolvido, de populações flutuantes entre uma agricultura que as não sustém e satisfaz e indústria aventureira ou incipiente, para a qual a riqueza do subsolo consistem em matérias-primas votadas à exportação em bruto e, como tal, dependentes do mercado internacional»<sup>93</sup>. Reconhece o ensaísta que, «mesmo no plano estreito da literatura», ajudou o escritor a informação sociológica demonstrada, o que só favoreceu a sua «perspectiva histórica»<sup>94</sup>. No fundo, colhe a ajustada explicação de Franco Nogueira para o facto ao adiantar que a sua experiência de vida, nessa fase, «transposta para a ficção, serviu de estrutura às *Minas de San Francisco*»<sup>95</sup>. Sabe-se que em Portugal, para além dos distritos de Bragança, Vila Real e Aveiro, há nos da Guarda, Viseu e Castelo Branco «filões de *volframite*, às vezes associada à *casserite*, mineral de estanho»<sup>96</sup>. Sabe-se que «Barroca Grande, no Centro do Couto Mineiro da Panasqueira, considerado o maior jazigo de volframite e *casserite* da Europa»<sup>97</sup>, teve o seu momento alto de exploração durante a vigência da Segunda Guerra Mundial, havendo os alemães demonstrado enorme interesse que foi diminuindo ao ritmo que o conflito se aproximava do fim. O rio Zézere, afluente do Tejo, passa no local das Lavarias de Panasqueira onde se amontoavam gigantescos morros de escórias minerais<sup>98</sup>. Entre duas ribeiras que correm para o Zézere, na linha da Panasqueira, Cambes e Barroca Grande a seguir, fica a Aldeia de S. Francisco de Assis, precisamente antes de se chegar a Lavarias da Panasqueira que se encontra logo depois. Julgamos ser esta localidade a que deu o nome castelhanizado de *Minas de*

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. He27.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 93.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 101.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 100.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 108.

*San Francisco*, epígrafe do romance de Fernando Namora, sendo que várias terras, nomeadas na narrativa, estão disseminadas por esta região beiroa entre as serras de Açor, Gardunha e Malcata, pertencentes à Cordilheira Central, e a confinar com a fronteira espanhola. A intriga cobre o ciclo de uma exploração mineira de volfrâmio e os marcos cronológicos reduzem-se a duas vagas referências: «a guerra não acabaria tão depressa» e «queima os últimos cartuxos»<sup>99</sup> - o suficiente, por certo, para situá-la no conflito de 1939-1945. Sobriedade excessiva, pois, e, «talvez para eliminar todo o ideologismo abstracto, o autor omite, por exemplo, qualquer menção às efemérides da guerra então a decorrer, o que não me parece realista, acentua Oscar Lopes, nem mesmo claro para muitos leitores chegados à idade da razão depois de 1945»<sup>100</sup>. Algo parecido acontece com os topónimos. Onde exactamente ficava esse El-Dorado do volfro, o lugarejo de *San Francisco*, donde se extraíam «pedras negras que rendiam ouro», e onde apareciam estrangeiros que compravam terrenos áridos e os furavam como toupeiras, empreitando camponeses, pagando jornas de loucura»<sup>101</sup>? Como identificá-lo pela descrição do autor?: «Um planalto de estevas, sem arvoredo, com casario de madeira descendo, em degraus, a encosta bravia»; morro «que o rio, cingido pelas ravinas das margens, contornava em arco, como se o quisesse isolar», fechando-o «numa ilha estéril e selvagem»<sup>102</sup>, um baldio, «morto isolado, daninho, coito de bichos». «Nem dava mato. As leivas, de várias cores, talhadas pelos muros de sílica, do loiro trigo ao verde macio dos pastos, vinham ali morrer; o povoado ficava do outro lado, a perder-se «de vista, desdobrado ao acaso, escuro, seguindo hortas, quintais e lameiros»<sup>103</sup>. Terra da Beira Baixa, concerteza, província que era «um mundo virgem», então à espera do dia em que o volfrâmio, «o ouro deste canto selvagem» se transformar em indústrias, em comércio, numa lavoura planeada»<sup>104</sup>. Há, no entanto, localidades dos concelhos de Prouença-a-Nova e Velha, distrito de Portalegre, e acidentes geográficos conhecidos que permitem reconhecer o espaço pelo qual as gentes do volfro e a candonga circulam, e trilhas que os

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 117.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 76-120.0 realizador Artur Ramos, em 1983, com adaptação e argumento seus e de Carlos Coutinho, concebeu o filme do mesmo nome inspirado no romance *A noite e a madrugada*.

<sup>9</sup> Aquilino Ribeiro, *Volfrâmio*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1944.

<sup>2</sup> Ver: «Uma entrevista com o escritor Fernando Namora», in *Ler*, citado em 26, p. 2.

<sup>3</sup> Ao passar pelo crivo crítico *Minas de San Francisco*, Mário Sacramento, que não deixa de acentuar que "o volframismo foi uma efeméride da última guerra pelo qual os escritores portugueses se interessaram, afirmou: «só um, porém, arvorou o volfrâmio em símbolo de uma estrutura económica, conferindo ao tema uma perenidade que permite ler a obra como se tal efeméride não o tivesse sido». E, no entanto, continua, o volframismo não chega a ser «um acontecimento pícaro ou um retalho apenas de rusticidade, neste livro». Cf. «Fernando Namora. Minas de San Francisco (romance)», in *Ensaio de Domingo II. Interpretação Literária*, Porto, Editorial Inova, 1974, p. 81-82.0 geógrafo Orlando Ribeiro traça os efeitos económico - sociais desta louca correria popular à cata do volfrâmio, ao escrever: «este mineral, largamente utilizado em indústrias militares, alcançou, durante a última guerra, preços elevadíssimos. A produção mineira aumentou 50 por cento em valor em 1941 e o volfrâmio cobriu 63 por cento do valor total. No ano seguinte, invertia-se a posição da balança comercial, com um excesso de 29 por cento no valor das exportações e o volfrâmio entrava com 20 por cento no total. Assim, por acção de um factor humano, revolucionava-se momentaneamente a economia de um país. Todo o Norte foi sensível à euforia do minério. Camponeses pobres adquiriram um pedaço de terra, aldeias de casas colmadas cobriram-se de telha, grande parte dos capitais foram investidos na construção civil, em pleno desenvolvimento enquanto a Europa atravessava uma crise de habitação. Criou-se uma classe especial de «volframistas», aventureiros sem escrúpulos e tantas vezes sem visão. Muito dinheiro se perdeu em excentricidades ruinosas e em vistosos produtos de luxo e não chegou a constituir-se uma classe de camponeses remediados nem uma reserva de capitais que assegurasse um investimento seguro na industrialização do País. Foi um ciclo de prosperidade a que logo se viu o termo: e de novo os olhos se voltam às condições naturais, com as suas possibilidades e limitações». Cf. Orlando Ribeiro, «Traços essenciais da economia», in Orlando Ribeiro / Hermann Lautensach, *Geografia de Portugal*, vol. IV, *A vida Económica e Social*, org. comentários e actualização de Suzanne Daveau, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1981, p. 1187. Aquilino Ribeiro em *Volfrâmio* (p. 308-310, ed. cit. em 89) descreve idêntico panorama, tal como Fernando Namora em *Minas de San Francisco* (p. 36-39,129,352-355).

<sup>4</sup> Cf. M. Sacramento, *op. cit.*, p. 82.

<sup>5</sup> Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 137.

<sup>6</sup> Ver: Alves de Moura, Evaristo Vieira, Américo Palma, *Compêndio de Geografia*, 4ª ed., Lisboa, livraria Didáctica, 1952, p. 396.

<sup>7</sup> *For Ways - Roteiro + Mapa. Covilhã. Serra da Estrela*, Lisboa, Publicações, Lda. s/d.

<sup>8</sup> *Ibidem*.

<sup>9</sup> F Namora, *Minas de San Francisco*, p. 40 e 299.

<sup>10</sup> Cf. Oscar Lopes, *Os Sinais e os Sentidos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1986, p. 92.

<sup>101</sup> F. Namora, *Minas de San Francisco*, p. 13.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 260.

contrabandistas seguem em direcção a território espanhol: Vale dos Prazeres, Sarzedas, Lardosa, Salvador, Penha Garcia, Medelim, Zarza-la-Mayor, San Clavin, Fonte Santa, Vale de Joanes, Valverde de Fresno, Serra da Gardunha, Serra de Monsanto, Serra da Gata, Serra de Marvana. A candonga, faziam-na «desconhecidos», vindos, a coberto noite, «em fantásticas correrias de cavalos, pesavam o minério com arráteis, pagavam a dobrar, e partiam de novo», com «os alforques cheios», perdendo-se «para as bandas das serras de Monsanto, ao cheiro da fronteira»<sup>105</sup>. A passagem de «uns quilos de volfrâmio para a Espanha» fazia-se em consórcios oralmente aprazados por agentes duplos, como esses D. Manolo e o português António, e conivências várias<sup>106</sup>. Para quem sabia, «de Salvador a Penha Garcia todo o homem teso, curtido de sol e neve, encarava a serra da Gata de frente e escapava-se entre veredas, nas noites de breu, sacando a outra banda. Às vezes um homem era caçado a tiro, despenhava-se nas fragas ou tinha que largar o artigo, salvando a pele»<sup>107</sup>. Escondido sob camas de estrume, as pequenas bolsas de minério eram escondidas no fundo de sacos de carvão, para escapar à imprevista patrulha de fiscalização a passagens de «minério sem guias»<sup>108</sup>. Dali ao sítio do transbordo para Espanha, a fazer-se «no dorso das mulas», seria preciso galgar «umas léguas de estradas e meandros» e atravessar a perigosa ligação «de Medelim às serras de Penha Garcia, no Alto Alentejo, com a Guarda amarrada às minas que iam crescendo por ali». Depois os contrabandistas atingiam a margem do Erges e escolhiam o lugar da travessia da ribeira para a outra banda<sup>109</sup>.

O escritor neo-realista Assis Esperança<sup>110</sup> publicou, em 1963, o romance *Fronteiras*, cujo título denuncia o tema.<sup>111</sup> Aventura e drama continuavam a misturar-se no forçado exílio para que era arrastado o trabalhador do campo e da cidade, maioritariamente compelido a buscar em terra estranha as condições de vida que a pátria não lhe proporcionava. Na Europa, a França, Luxemburgo e Alemanha perfilavam-se como destinos procurados. A emigração clandestina, tentada *a salto*, apesar do forte controle ditatorial salazarista, constituía o recurso de que grande parte se via forçada a servir-se. As redes e caminhos do contrabando ofereciam-se por todo o lado. Do litoral ao interior do país, alimentava-os esmagadora procura de trabalho para mão de obra não especializada. No romance de Assis Esperança se confirma que os engajadores não paravam de recrutar «homens da Beira Litoral e do Alto Minho, os de Castro Laboreiro numa percentagem ainda tão razoável que [...] levava a pensar que naquela e, possivelmente noutras regiões serranas apenas acabariam por ficar algumas mulheres, os velhos e as crianças»<sup>112</sup>. A obra oferece a surpresa de ser uma mulher, e com alguma escolaridade, a protagonista que vai demandar trabalho além fronteiras. Oriunda de uma «aldeia pobretana da Beira Baixa», onde na segura «de terrenos bravios e penedal» não restava à gente humilde «outro remedeio» que «o de contrabandear», mesmo quando havia algum trabalho, aliás sempre pago com «salários de fome»<sup>113</sup>. A aldeia, de nome

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 165-166.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p. 215.

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 216-219.

<sup>109</sup> *Ibidem*, p. 220-234.

<sup>110</sup> António Assis Esperança (Faro, 1892 - Lisboa, 1975), unido por fraterna amizade a Ferreira de Castro, Julião Quintinha, Jaime Brasil e Alexandre Vieira, animadores do jornal *A Batalha*, foi um intrépido defensor da classe operária. Romancista e dramaturgo, expoente do neo-realismo, publicou: os romances *Vertigem* (1919), *Viver!* (1921), *Ressurgir* (1928), *Gente de Bem* (1939), *Servidão* (1947), galardoado com o prémio Ricardo Malheiros, *Trinta Dinheiros* (1958), *Pão Incerto* (1964); as colectâneas de novelas *Funâmbulos* (1925) e *O Dilúvio* (1932); as peças de teatro *Náufragos* (1921) e *Noite de Natal* (1923). Escritor de escassas virtualidades estilísticas, mas aberto à problemática social, encarava a literatura como instrumento de combate. Daí a sua pertinente crítica de costumes e comportamentos ditos burgueses. Para Franco Nogueira, se lhe «escasseia sobretudo talento verbal», por sua vez não «são poucas nem pequenas as suas faculdades de observação, de análise, de anotação psicológica», possuindo «em grau elevado a percepção dos aspectos dramáticos, dos acontecimentos e das figuras». Ver: *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, organizado pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, vol. III, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1994, p. 439-440; Franco Nogueira, *Jornal de crítica literária*, Lisboa, livraria Portugalíia, 1954, p. 103-104; «Cultura e Arte», suplemento de *O Comércio do Porto*, 22.04.1969.

<sup>111</sup> Servimo-nos da edição inserida nas "Obras Completas de Assis Esperança", I, Porto, Editorial Inova, 1973.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 163. O fenómeno tem, de resto, largo passado. A precedê-lo basta lembrar o sucedido na segunda metade do século XIX e que Oliveira Martins estatisticamente analisa, escalpelizando causas e malefícios, sem deixar de referir as levas migratórias de clandestinos para o Brasil, como também a forte desertificação dos campos do Minho às Beiras, sob pressão de engajadores que agiam impunes. Amassa dos seduzidos, aponta o historiador, recrutados no proletariado urbano e rural, indocumentados e, na grande totalidade, analfabetos, candidatos a qualquer trabalho braçal à partida oferecido, era encaminhada para Vigo, à espera do embarque transatlântico. Ver Oliveira Martins, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimaraes Editores, 1956, p. 215-264.



Arental, seria uma localidade próxima de Castelo Branco e de uma estância de águas, dispondo de um Grande Hotel e pensões que a procura das termas, em alguns meses do ano, dava emprego a serviçais<sup>114</sup>. Entre os habitantes da misérrima freguesia, quantos desde a meninice não ouviram falar dos « percalços e riscos de vida dos contrabandistas » indígenas e até os viram enfiar « as sapatilhas do "ofício", apostrar as noites de luar, carregar com fardos e prendê-los a si com um laço tão fácil de desatar que, à primeira surpresa dos guardas-fiscais, pernas para que vos quero?»<sup>115</sup> O mais era o corta-mato por « os caminhos ínvios e as veredas escabrosas que percorriam, [...] moitas de queirogas que, muitas vezes lhes serviam de cama, e receptadores, e bodegas onde se acolhiam no regresso a penates, ou onde se entretinham até horas mortas: jogos de azar, fêmeação e bebidas, as famílias à espera deles, esmarradas, ou não contassem também os filhos com a razão de broa correspondentemente aumentada»<sup>116</sup>

Os raros topónimos semeados na narrativa de Manuel da Fonseca<sup>117</sup>, *Seara de Vento*, aparecida em 1958 - para Baptista-Bastos «comovente panfleto lírico», de um «escritor indomável» que, em seu exaltado encómio, considera «o maior contador de histórias do país» -, tornam dificultosa a sua exacta localização geográfica<sup>118</sup>. O contexto temporal, assinala o crítico ao vincar «os dons épicos e revolucionários do ficcionista, liga-se ao surgimento de um «Alentejo em greve contra os grandes latifundiários», nos finais dos anos cinquenta do salazarismo<sup>119</sup>. Se aceitarmos ser esta ficção «a análise do homem em relações concretamente históricas» - feita a partir de «reminiscências, factos evanescentes e/ou concretos, paisagem social, natural e humana», que «deu a expressão mais radical ao projecto neo-realista»<sup>120</sup> -, um tal *mergulho* na realidade, mesmo descontada a fantasia envolvente do toque artístico, nos conduzirá à procura do território onde a *estória* poderá haver tido lugar. Três marcos de referência contribuirão para a descoberta: Paimogo, localidade espanhola; o triângulo em frente formado por Mértola, Serpa e Vila Verde de Ficalho, que parece ser a "vila" de que um personagem fala<sup>121</sup>; e, de permeio, o rio Chança, afluente do Guadiana, que delimita a fronteira desde Pomarão até quase às portas de Rosal. Há, na extensa campanha, herdades, searas de trigo, pastores de ovelhas e guardadores de porcos, faias e sobreiros, de mistura com vales mortos e matagais, onde o coelho passeia - espaço propício ao contrabando que, na altura, era feito<sup>122</sup>. Este aparece na economia do romance, no Baixo Alentejo, como pretexto para o culminar trágico numa parcela da luta entre os abastados senhores da terra, apoiados pelo poder político fascista, os jornaleiros ajustados ao ano e os pequenos proprietários de magros torrões para a sobrevivência<sup>123</sup>. O mesmo jogo arriscado, idêntico ao de outros lados, arrastando guardas e contrabandistas à espera da hora para dar o salto com a carga às cavalitas da nuca, rumo a Paymogo, de que esperavam o ganho de algum dinheiro<sup>124</sup>. A fazenda trazida de Espanha ficava por vezes a

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 81.

<sup>114</sup> *Ibidem*, p. 81 e 195. Não existe terra portuguesa de nome Arental, pelo que deve o topónimo tomar-se por uma invenção do ficcionista que poderia talvez ter na mira Alcafozes, aldeia do concelho de Idanha-a-Nova, aro rural e de notórias marcas de poderio senhorial, sita entre as margens do rio Aravil, à direita, e do Ponsul, à esquerda, embora o descritivo geomorfológico da região seja demasiadamente vago. Distante da sede 13 quilómetros, os escassos quatro centenares de habitantes vivem tradicionalmente da agricultura e pastorícia. (Cf. *Dicionário Enciclopédico das Freguesias*, coord. Isabel Silva, vol. IV, Freixieiro-Matosinhos, Edições Minhaterra, 1998, p. 181). A situação da localidade mencionada no romance é verosímil, pois está a meia centena de quilómetros de Castelo Branco e a cerca de duas dezenas das termas de Monfortinho, a que parece fazer-se velada alusão. Certo é correr ao lado a fronteira luso-espanhola com o rio Erges a demarcá-la. <sup>115</sup> *Ibidem*, p. 82-83. <sup>116</sup> *Ibidem*, p. 82

<sup>117</sup> Manuel da Fonseca (Santiago do Cacem, 1911 - Lisboa, 1993), escritor neo-realista, embora sem colar-se por inteiro ao ideário do movimento, poeta e ficcionista, de forte cunho autobiográfico, nele, como de si próprio disse, «a realidade e a invenção, masca radas, jogam-se às escondidas». A sua memória inspirativa bebe nas fontes do Alentejo, tendo deixado, em sua obra, dramas, conflitos e recordações que lhe marcaram a sensibilidade. Merece realce, na poesia, *Rosa dos Ventos* (1940), *Planície* (1941) e *Poemas Dispersos* (1958); no conto, *Aldeia Nova* (1942), *O Fogo e as Cinzas* (1951), *Tempo de Solidão* (1973); no romance, *Cerroniaior* (1943) e *Seara de Vento* (1958), de cuja 3ª edição, publicada pela Forja, em 1975, nos servimos.

<sup>118</sup> Cf. Manuel da Fonseca, *Seara de Vento*, p. 15.

<sup>119</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>121</sup> *Ibidem*, p. 112.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. 111-112, 130, 136.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 10, 93, 111, 136.

recato em pardieiros, indo parar à mão de receptores, alguns, taberneiros da terra<sup>125</sup>. A caça ao contrabando era também aproveitada para perseguições políticas e ajustes de contas entre proprietários vingativos e camponeses, feitos contrabandistas por necessidade, que esta vida não a queriam para sempre<sup>126</sup>.

A fronteira meridional do Baixo Alentejo contígua à do Algarve, neste itinerário para descortinar a presença do tráfico contrabandista no romance contemporâneo português, ocorre em ponto não identificável com precisão, pois a localidade de Garvel não figura no mapa. *O Pão não cai do Céu*, de José Rodrigues Migueis<sup>127</sup>, publicado em 1981, mas inserido antes em folhetins no *Diário Popular*<sup>TM</sup>, é um texto de obrigatório percurso. Para Ana Maria Alves, trata-se duma «autobiografia política nos anos 30», que resulta no «mais político dos seus romances e curiosamente o mais neo-realista»<sup>129</sup>, ideário que seria a frente estética combativa do nosso antifascismo. Combativo e verinosamente polémico, em que a política salazarista de censura ideológica e repressão policial e a convivência religiosa não são poupadas, o autor fustiga, com acerosa dureza e extremo anticlericalismo, o catolicismo alentejano do tempo<sup>130</sup>, bem como o congénere do país, excepção feita ao sacerdote espiritano Joaquim Alves Correia, nominalmente referido<sup>131</sup>. Se transporta para a ficção «os grandes temas das suas preocupações sociais e da sua solidariedade humana»<sup>132</sup>, Rodrigues Migueis deixa também transparecer nela vivências experimentadas, e mesmo um que outro «*flash* de lembrança»<sup>133</sup>. E nessas militâncias, a par com pugnas de luta de classes, deparou na gleba alentejana com a faina contrabandista, aqui e além politicamente aproveitada, como no romance se descreve. As palavras de ordem - «O pão não cai do céu, é preciso tomá-lo para conseguí-lo» e o governo deve dar «a terra a quem a trabalha»<sup>134</sup> - soam, no entanto, aos tempos do PREC, da *revolução dos cravos*. A zona do contrabando espraiar-se-ia, numa linha vertical, do norte do Marvão a Serpa, de Mértola a Castro Marim, abrangendo todo o Baixo Alentejo e a ladeira leste do Algarve serrano<sup>135</sup>. A candonga afim operava em zona de mato ressequido, charneca solitária, a coberto de cabanas de pastores e por entre montes de exploração agrícola de domínio de searas de trigo<sup>136</sup>. Raul Brandão descreveu assim essa faixa fronteiriça: «De *Pomarão* para baixo o Guadiana (que, depois de nascer em Espanha nas lagoas de Roidera, de banhar Mérida e Badajoz, de ter separado durante o percurso de muitas léguas o Alentejo da Estremadura espanhola, e de se ter internado por Portugal dentro, para banhar os arredores de Serpa e de Mértola, forma aqui pela segunda vez a fronteira natural do país) corre esverdeado entre montes abruptos e severos»<sup>137</sup>. E Silva Teles, ao caracterizar essas zonas de passagem para o país vizinho, adianta: «A face algarvia

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 51,53,92,175-176.

<sup>126</sup> *Ibidem*, p. 121,162.

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 109,130.

<sup>128</sup> José Rodrigues Migueis (Lisboa, 1901 - E.L. América, 27.10.1980), escritor, formado em Direito (1924), licenciado em Ciências Pedagógicas na Universidade de Bruxelas (1933), colaborador da *Seara Nova* a partir de 1922, jornalista e professor do ensino secundário, colaborador com Raul Brandão no projecto de publicação de leituras para a escola primária, ideólogo político, expatriou-se, em 1935, para os Estados Unidos onde desenvolveu uma acção ideológica através da imprensa de expressão portuguesa e espanhola. Com estadias em Portugal e no Brasil, foi na América do Norte, onde morreu, que residiu quase metade da vida. Entre as obras deixadas, serão de destacar: na novela e conto, *Páscoa Feliz* (1932), *Léah* e *Outras Histórias* (1958), *Gente da Terceira Classe* (1962); no romance, *A Escola do Paraíso* (1960), *Nikalai! Nicalai!* (1971), *O Pão não Cai do Céu* (1981); na narrativa autobiográfica, *Um Homem Sorri à Morte Com Meia Cara* (1959). Ver: José Rodrigues Migueis 1901-1980. Catálogo da Exposição Comemorativa do Centenário do Nascimento, Lisboa, Câmara Municipal - Departamento de Cultura, 2001.

<sup>129</sup> O romance *O Pão não Cai do Céu* foi, primeiramente, publicado no «Diário Popular», nos anos 1975 e 1976, nos tempos a seguir ao 25 de Abril, tendo aparecido em livro, sob a chancela da Editorial Estampa, em Janeiro de 1981. Citamos a 7ª edição surgida, na mesma Editora, em Dezembro de 1996.

<sup>130</sup> Cf. Ana Maria Rodrigues, «Migueis Seareiro», in J. R. Migueis, *O Pão não Cai do Céu*, p. 299.

<sup>131</sup> Cf. J. R. Migueis, *op. cit.*, p. 175,192,198,206-213.

<sup>132</sup> *Ibidem*, p. 121,192,291.

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 291.<sup>m</sup>

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 300.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 177,179.

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 81,142.

<sup>137</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>138</sup> Cf. Raul Brandão, «Ao Algarve por via fluvial», in *Guia de Portugal - I - Extremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 213.

voltada para a Espanha distingue-se por uma aspereza e secura notáveis; não tem a monotonia aprazível da zona plana da beira-mar, nem os contrastes dos terrenos secundários, nem a grandeza dos pontos da serra de Monchique: é toda a superfície inculta dos concelhos de Teixeira e Alcoutim, da ribeira da Asseca à bacia de Odeleite, onde as charnecas alternam com chãos descarnados e as quebradas da serra do Caldeirão, sóbrias de pitoresco e alegria, caem em rijos socalcos em direcção ao Guadiana<sup>138</sup>. Era por aqui, conforme as conveniências, que se processava o contrabando, «carregado da margem esquerda para a direita do rio» pela figura mítica do «Cigano», alcunha que a muitos outros se podia aplicar<sup>139</sup>. Não seria, de facto, difícil encontrar vários mais, à semelhança do herói de Rodrigues Migueis, aí enraizados, vindos «ao mundo num ermo da raia seca, como os pais e avós, que havia gerações viviam dos azares do contrabando»<sup>140</sup>. Provenientes, por certo, de «debaixo da serra do Algarve», vinham «operar na região d'entre a raia e o Guadiana, no protesto ancestral contra a linha imaginária da fronteira e as restrições da lei». No tráfico proibido, lhes nasceram os dentes e se fizeram homens, levando «desde a infância uma existência errante e esquiva, e se sagrara em modo de vida»<sup>141</sup>. A saga lendária, de contínuo entretida no fio de navalha da morte traiçoeira, sintetiza-a a letra do fado-canção de Alberto Ribeiro, grande sucesso popular da música ligeira portuguesa de várias épocas atrás: «Ai!, não há maior desengano / nem vida que dê mais pena / do que a vida do cigano. / Atravessar a fronteira, / para ser atravessado / por uma bala certa. / E tudo porque o destino / que fez dele um peregrino, / companheiro do luar / um triste judeu errante / que não tem pátria nem lar»<sup>142</sup>. O infindo Alentejo conhecia bem esta realidade.

Onde situar, por fim, a passagem para Espanha, descrita em termos imprecisos, na novela de Manuel Tiago, pseudónimo de Álvaro Cunhal<sup>143</sup>, *Cinco Dias, Cinco Noites*, saído em 1975? A matéria ficcionada restringe-se às peripécias da ida *a salto* de um jovem militante, que a política forçara a emigrar para Espanha, rumo a Madrid, na companhia de um contrabandista experiente, mas com «cadastro por desordens, facadas e... roubo» que se dispôs a levá-lo, «mediante o pagamento de mil escudos»<sup>144</sup>. Episódio a situar nos anos 60, posteriores à segunda guerra mundial? Outra incógnita deixada na narrativa por esclarecer. O indício constituído pelo encontro no Porto, «nas proximidades da estação de Campanhã», parece atirar para a região nortenha o local de fronteira a galgar<sup>145</sup>. A menção geológica de um «planalto curto rodeado de céu» - que ia dar «num largo vale» cortado por «um rio que volteava por entre mouchões de areia», e de seguida se encaminhava para um espaço solitário, com «penedias arredondadas e tristes» e serranias monótonas e desoladas, a desembocar em terra «desenhada, marcada, cortada, em retalhos compridos e melancólicos, arrumados calmamente na várzea ao longo do risco negro do rio e desdobrando-se depois, desgarrados e nervosos, até meia encosta dos montes em volta»<sup>146</sup> - pode talvez sugerir esse espaço bragantino da aldeia de Aveleda, onde, na direcção a Sanabria, se encontra, ainda hoje assinalada por tosca tabuleta de madeira, uma antiga trilha de contrabandistas<sup>147</sup>. Se considerado facto utópico, de intuito exemplar, nada repugnava

<sup>138</sup> Cf. Silva Teles, «Zonas de paisagem», in *Guia de Portugal - I - Extremadura, Alentejo, Algarve*, op. cit, p. 195.

<sup>139</sup> Cf. J. R. Migueis, *op. cit*, p. 144-145. Escreve Migueis (p. 11), falando do personagem: «António Moura era o seu nome: de «Cigano» tinha apenas a alcunha».

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>141</sup> *Ibidem*, p. 10-12.

<sup>142</sup> Refrão de *Fado do Cigano*, letra de Vasco de Macedo e música de Frederico de Brito, interpretado por Alberto Ribeiro, na década de 50.

<sup>143</sup> Manuel Tiago - pseudónimo literário de Álvaro Barreirinhas Cunhal (Coimbra, 1913), que se formou em Direito, na Universidade de Lisboa em 1940, carismático dirigente comunista, com uma vida intensa passada na prisão, clandestinidade, exílio e actividade político-partidária - revela-se, nas obras que subscreve, um escritor de pendor neo-realista de inspiração marxista. Para o crítico Oscar Lopes, se *Até Amanhã, Camaradas* (1975) é «o mais informativo, o mais exemplar e vivencialmente denso dos romances baseados numa intensa e íntima experiência de organização clandestina», *5 Dias e 5 Noites* (1975) é «uma excelentemente conseguida novela sobre o salto da fronteira por motivos políticos». Ver *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, volume IV, coordenado por Ilídio Rocha, Lisboa, Publicações Europa-América, 1998, p. 515-517. Utilizamos a 5ª edição de *Cinco Dias, Cinco Noites*, Lisboa, Edições Avante, 1994.

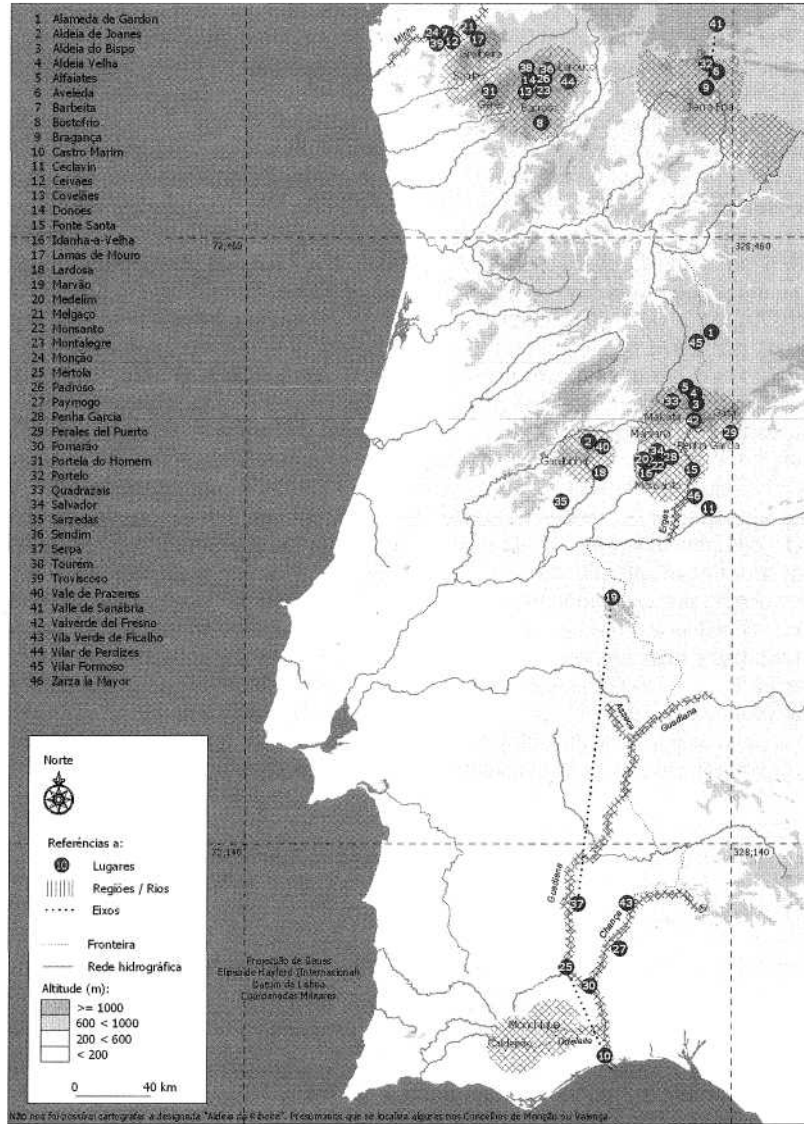
<sup>144</sup> Cf. Manuel Tiago, *Cinco Dias, Cinco Noites*, p. 9,86.

<sup>145</sup> *Ibidem*, p. 90. Aquilino Ribeiro, em *Volfrâmio*, fala de um contrabandista que durante anos adquirira fortuna também «a passar criminosos foragidos pela Portela do Homem». Cf. Aquilino Ribeiro, *Volfrâmio*, Edição comemorativa do Centenário, Lisboa, Bertrand Editora, s/d [1985], p. 30.

<sup>146</sup> *Ibidem*, p. 184-185.

<sup>147</sup> Na placa em madeira, que se vê ainda numa encruzilhada da aldeia de Aveleda, concelho de Bragança, lê-se «Camino dei

## O Contrabando no romance contemporâneo português (1930-1950) Referências geográficas



Fonte: Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente), escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.

Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000,

Direcção Geral do Ambiente, 1989.

Hipsométrica (Atlas do Ambiente), escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1982.

fac. letras univ. porto  
serv. doc. informação  
cartografia 2003



Placa colocada no percurso fronteiriço luso-espanhol do nordeste. No limite da freguesia de Aveleda, concelho de Bragança, a confinar com terras de Sanábria (Espanha)

que houvesse sido esse o lugar real da passagem, na época, também incerta, mais acima adiantada<sup>148</sup>. Históricos caminhos são esses, sem muros nem placas informativas, por onde mercadorias e homens, habitualmente distantes, fechados e brutos, se esgueiravam para ganhar a vida, com perigo de serem abatidos por uma bala mortífera sempre à espreita.

#### Bens contrabandeados e ciclos de tráfico

Se os géneros alimentícios, dos cereais aos ovos e das aves às carnes, foram de contínuo, conforme carências epocais, bens trocados ou comercializados mutuamente pelas gentes fronteiriças, em lojas, feiras e contrabandos, outros de valor diverso, ditados por específicas conjunturas, foram ao longo dos tempos contrabandeados, com maiores ou menores prevalências, até culminar na emigração a salto, nas décadas de 50 a 70, verdadeiro êxodo. De norte a sul da fronteira luso-espanhola, regista-se de tudo um pouco nos romances mencionados. Adelino Peres Rodrigues, em *O Mo que vem do Lago*, escrito em 1966, aponta com pertinência *ciclos* que caracteriza e temporalmente precisa<sup>149</sup>: *o económico, rotineiro e tranquilo, dos ovos de galinha* anterior à guerra civil de Espanha, em que «uma peseta valia três vezes e meia um escudo»; *o grandioso e trágico do café português em grão*; *o das miudezas e do peixe fresco*; *o do pano dos algodões e dos riscados*; *o do negócio da tripa seca*; *o das amêndoas doces e descascadas*; *o do fio de cobre*; *o da emigração tipo francês*<sup>150</sup>. Seguindo a linha fronteiriça da raia galega à algarvia, um percurso metódico, como o atrás feito, proporciona-nos um curioso registo concreto que poderia ser apoiado por um suporte histórico documental, se tentado.

A gente ribeirinha do Alto Minho, da corda de Monção e Valença até S. Gregório, de cujas famílias saíram os protagonistas e seus comparsas vizinhos das histórias de vida que evoluem por *O Mo que vem do Lugo*, desde antes da guerra civil se engalinhara no contrabando. A Espanha, com moeda mais forte e com necessidade de ovos para as famosas *tortilhas*, era mercado tentador: «Nos dias de feira nas vilas raianas da Galiza, mulheres da margem esquerda do rio que vem do Lugo levavam, em cestas ou sacos, pequenas cargas de ovos que vendiam facilmente e por preços razoáveis às contratadeiras da outra margem. A mercadoria era conduzida pouco depois, por *el tren* ou em velhos camiões, aos grandes centros de consumo. As fornecedoras da margem esquerda transformavam os *duros* em bens de consumo imediato, em artigos de vestuário vistoso ou funcional, em guloseimas e em alguma *copa* para acalmar a sede do generoso carabineiro»<sup>151</sup>. Nasceu assim o *ciclo dos ovos de galinha*. Mas outros artigos se mercadejaram por aquelas margens. Em entregas subreptícias, chegava o *café* de Portugal aos espanhóis que sobremaneira o apreciavam. As remessas faziam-se «em grão cru, inodoro para facilitar a passagem» que, por vezes, caíam sob os «focinhos do *carabineiro*», mercê de delatores interessados na espórtula da denúncia<sup>152</sup>. Finda a guerra civil, ficou o paladar do «cafezinho português» que para a outra banda "sorratamente" ia sendo levado por «criaditos necessitados, impulsionados pelo prazer da aventura, no risco das correntes e das frágeis embarcações ajoujadas, ou pela raia seca, em mochilas derreantes» para serem

Contrabando». Ver gravura junta.

<sup>148</sup> Ver o que atrás se disse acerca da relação entre real vivido e ficção. O Autor, interrogado sobre o pormenor concreto respondeu amavelmente que, sendo a ficção uma síncrese de vivências, mesmo que o desejasse lhe seria impossível concretizar esse ponto exacto da passagem fronteiriça. Continua, no entanto, a ser verosímil o lugar sugerido ou outro próximo, porquanto em declarações de Domicília Maria da Costa, aos 13 anos de idade funcionária do P.C.P., se revela que Álvaro Cunhal, entre Fevereiro e Março de 1961, um ano após a sua evasão do Forte de Peniche, viveu no Porto, junto do mercado do Bom Sucesso com sua companheira Isaura e filha Ana, recém-nascida em Dezembro do ano anterior, no domicílio dos pais da autora do depoimento. Aí o procuravam os camaradas Francisco Miguel e Guilherme da Costa Carvalho, com a vigilância da PIDE a tentar detectá-lo, sendo que, para despistá-la, dava passeios pelas imediações e pintara de louro o cabelo, as sobrancelhas e as pestanas. (Cf. São José Almeida, «Partido Comunista Português 82, anos - II», in *Publico*, ano XIII, n.º 4728 (03.03.2003), p.10-11. Daqui poderia ter tomado o rumo de Espanha, pois fora nas proximidades de Campanhã, como refere a novela, que o protagonista se encontrou e tudo acertou com o contrabandista-passador.

<sup>149</sup> Cf. Adelino Peres Rodrigues, *O Rio que Vem de Lugo*, ed. cit, p. 13-14.

<sup>150</sup> *Ibidem*, p. 51,102,131,147,162.

<sup>151</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 29.

pagos em moeda fraca, «porque as reservas de ouro tinham desaparecido na hecatombe da sua guerra internacional»<sup>153</sup>. Não que fosse muito. Contudo, esse pouco engordava «a terra dos grandes empresários estáticos e invisíveis» que controlavam o comércio clandestino, enquanto «o povo anónimo, correndo os riscos do afogamento e de ser baleado, recebia um lucro marginal, simbólico como paga»<sup>154</sup>. Em retribuição, desciam nessa altura, «silenciosamente envergonhadas, bandos de *ninas*, às lojas raianas», envergando «seus modelos de serapilheira», a «comprar com avidez, peças de riscado mais barato» e «algodões de baixo custo». Ao mesmo tempo, do «país que fabricara sabonetes de aromas requintados, com nomes famosos, porque não tinha gorduras», vinham «paralelepípedos de sabão azul e branco, encarnado e branco, tão ao gosto do consumidor raiano da margem esquerda»<sup>155</sup>. Outros ciclos se foram assim sucedendo.

Iniciada a segunda guerra mundial com a invasão da Polónia pela Alemanha, o país vizinho recupera a tradição culinária da «rodela de enchido, desde os de fêvera de lombo ao de picado solto com *cebolla*, tudo amassado com pimentão doce e picante»<sup>156</sup>. Só que a carência, por todo o lado sentida, da parte com que «enformar o chouricinho espanhol» leva a estender-se *estrategicamente* o contrabando num «cordão na faixa compreendida entre Santa Tecla e as faldas que defrontam *Puente Barjas*». E até de «Lisboa e Porto, curiosos comerciantes improvisados de ocasião, médicos, advogados, engenheiros, caixeiros, todo e qualquer vivente com correspondência na margem do rio que vem do Lugo, fazia expedir pelo correio, pelo caminho de ferro, na mala de qualquer automóvel, na carroceria de toda a viatura pesada o seu fardito intestinal que a todas as horas, vivas e mortas, a velha e serena praça de *Obobriga* via displicentemente passar com um único destino»<sup>157</sup>. Foi, desta feita, a época do contrabando da *tripa seca*. Terminada a beligerância na Europa, «os mercados de todo o mundo, interessados em comprar amêndoa, se voltam para o pequeno oásis de paz que foi Portugal na última guerra, onde no sul e em pequenas manchas do vale do Douro floresce a amêndoeira»<sup>158</sup>. Intensificada a procura, os preços sobem em flecha, sem que a amêndoa produzida no Algarve e no Douro chegue. A Espanha «comia uma parte em *Torrão de Alicante* e outra espremia-a em óleo de beleza para recuperar o torciopelo cutâneo» de suas célebres mulheres<sup>159</sup>. O carregamento da amêndoa sobe do sul para norte em direcção a Pontevedra e Ourense, parando os comboios «muitas vezes fora das estações e apeadeiros», a deixar «sacos de velha juta ajoujados de amêndoas doces»<sup>160</sup>. Na região, a azáfama é grande, e o romancista descreve-lhe o quadro real: «Rolam pelas encostas de tojo e giestas e vão parar nos pequenos areais onde mãos ágeis os agarram com energia para os lançar no ventre de grandes batelas que os levam à outra margem. Mãos, braços e costados rijos os conduzem à estrada. Vão em camiões cobertos para os portos principais do Norte e do Sul, donde, cumpridas as formalidades, se escoam em direcção ao mundo comprador do produto que paga bem o trabalho para o conseguir». A luta a travar era contra o tempo: «Quando o dia acaba, descem das serras longínquas e dos montes próximos os carregadores que nos quartos minguantes e nos ciclos sem luar transportam até à alvorada o precioso «minério» da direita para a esquerda do rio e dali para a estrada por onde se escoam tudo antes de romper o dia. Joga-se no cume dos penhascos, em vigílias, hábeis, ao xadrez com os vigilantes, vigiados e seus perseguidores. [...] Pelos caminhos velhos, pelas estradas, nos armazéns e lojas, nos albóios e palheiros, as crianças trincam mais vezes amêndoas do que broa e os recém-nascidos trazem logo ao pescoço colares de miolo em sinal de amuleto ou símbolo de felicidade terrena. [...] As pequenas *motos* trocam-se com facilidade por velhos carros americanos de duas portas, com infundáveis porta-bagagens, autênticos bombos de festa, servindo para tudo, desde o transporte amêndoeiro até à recolha de erva fresca que há-de servir de penso tónico às turmas»<sup>161</sup>.

<sup>153</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>154</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>155</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>156</sup> *Ibidem*, p. 100.

<sup>157</sup> *Ibidem*, p. 101.

<sup>158</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>159</sup> *Ibidem*.

<sup>160</sup> *Ibidem*.

<sup>161</sup> *Ibidem*, p. 128-129.

O contrabando do *fulvo fio de cobre*, enrolado, animou ainda, ao depois, a economia paralela dos raianos neste ponto da fronteira. Escondido pelas lojas, espreitava a oportunidade, a fim de «seguir pela calada da noite ao seu destino», servindo «para várias coisas, desde a utilização directa a matéria-prima»<sup>162</sup>. De prometedor miragem, passou, por se revestir de tráfico «passado e volumoso, incómodo, contando, como agravo, com a concorrência ansiosa e rápida», a mercadoria de «muitos riscos e pouco lucro»<sup>163</sup>. O fisco apertado e as manhas, algumas de «esperteza saloia», dos contrabandistas degladiaram-se. Mas deparavam-se obstáculos sem conta e, como uns rolitos que adregavam, com sangue e suor, não eram compensadores para iludir as malhas fiscalizadoras, o negócio se foi.

O relato dramático do itinerário esquematizado em *Fronteiras* por Assis Esperança pode tomar-se como paradigma. Os contrabandistas, virados passadores de gente *a salto* - rurais e obreiros indocumentados ou foragidos políticos e desertores da guerra colonial -, comandavam a longa travessia, incerta e dura, tendo Paris por termo.<sup>164</sup> Os clandestinos portugueses atravessavam, a horas mortas, «o rio-fronteira, a água a chegar-lhes um pouco abaixo das virilhas», em fila indiana, acautelando escorregadelas e quedas. Depois, era o caminhar por extensões intermináveis, «através de terras semeadas de trigo», até encontrarem o passador espanhol de boina basca. Feita curta paragem debaixo de oliveiras, galgavam «atalhos abertos em terreno endurecido» ou «vegetação, em orgia vegetal, a ganhar tal estatura que havia trechos em que encobriria os homens se eles se curvassem»<sup>165</sup>. Regatos caudalosos se venciam a vau antes de treparem a assomada de um monte que, visto só de longe, já desalentava. Para não atravessarem algum burgo e melhor evitarem o encontro da Guarda-Civil, caminhavam por uma «estrada de circunvalação» e «ao longo da linha férrea», enviando «os passos para mais veredas da montanha»<sup>166</sup>. A fim de se desdentarem, espremiam, para as mulheres, «nas palmas das mãos, as calcinhas que haviam encharcado na travessia dos riachos», enquanto os homens preferiam «refrescar os beiços com lama húmida»<sup>167</sup>. O grupo reduzia-se a minhotos, beirões e três alentejanos dos lados de Mértola, estes a repetirem a tentativa da emigração *a salto*, ao contrário de «muitos paisanos do Baixo Alentejo» que, sem coragem de saírem «para longes terras cata de trabalho», barço ao pescoço, «se dependuravam no mais grosso dos ramos de qualquer sobreiro»<sup>168</sup>. O percurso último fazia-se em camioneta utilizada «para o transporte de gado cavalar». Os trilhos dos Pirinéus, cobertos de denso nevoeiro, forçavam «ora um, ora outro dos clandestinos, a tropeçarem em pedregulhos ou a escorregarem na lama, e alguns a estatelarem-se «nos grandes carcos do sopé da montanha»<sup>169</sup>. Três dias retidos por imprevisto percalço, qual «tropa fandanga, ciganagem sem préstimo ou saltimbancos de aldeia», a pedir agasalho, «encafuaram-nos num curral, o tojo e fetos à descrição»<sup>170</sup>. Mais outra caminhada a pé, agora já em «estrada andadeira», eram metidos num "camião" próprio «para o transporte de alentadas cargas» que os esperava num desvio.<sup>m</sup> Despejaram-nos, por fim, os passadores, rompendo o compromisso de «deixar cada qual à porta dos amigos ou familiares», abandonando-os em Paris, «nos subúrbios da cidade», num «foyer du bâtiment», na zona de Ivry, «como local da chegada»<sup>172</sup>.

Mais para leste, na crista fronteira do extremo norte minhoto dominado pela serra do Soajo que o rio Trancoso corta e onde Castro Laboreiro se anicha, o contrabando igualmente imperou. As Astúrias, no início dos anos 30, eram terras que atraíam os raianos do sítio com dois *duros* pagos ao dia, quando na serra em que viviam mal ganhavam para comer<sup>173</sup>. *A Passagem de Gado*

<sup>162</sup> *Ibidem*, H5. <sup>m</sup>

*Ibidem*, p. U6.

<sup>164</sup> Assis Esperança, *op. dt.*, p. 82-107.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p. 86-87.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p. 87-88

<sup>167</sup> *Ibidem*, p. 89

<sup>168</sup> *Ibidem*, p. 93 e 95

<sup>169</sup> *Ibidem*, p. 102

<sup>m</sup> *Ibidem*, p. 103 <sup>171</sup> *id&wfes*, p. 106 <sup>m</sup> *Ibidem*, p.

107 <sup>173</sup> Cf. Barros Ferreira, *Maria dos Tojos*, p. 26.



para a *Galiza*, modo de vida de alguns, não constituía, bem vistas as coisas, «uma desobediência mas uma imposição da miséria» - que o lucro de dois tostões, com risco de «apanhar um tiro», mal lhes dava «para sustentar os filhos no dia seguinte»<sup>174</sup>. O longo capítulo «O contrabando»<sup>175</sup>, do romance *Maria dos Tojos*, de Miguel Angelo de Barros Ferreira, é expressivo e de abundante pormenorização acerca do tráfico de bovinos, nesse tempo de antes da guerra civil, aproveitando os campos contíguos das faldas do Soajo com as pastagens galegas. Os ventos pareciam barridos de mudança e não transparecia o motivo: «os géneros alimentícios eram generosamente pagos em Espanha, como se a fome houvesse alastrado por aquelas províncias fartas da Galiza, que antes lhes fornecia com barateza os raros mimos dos seus cardápios de dia de festa»<sup>176</sup>. Como erva em chão húmido, assim alastrava a aranha contrabandista. Barros Ferreira historia, olhos na conjuntura económica do advento do salazarismo: «Aumentava o custo da vida em Portugal, mas o lucro do contrabando tudo compensava. Depois, cada junta de bois rendeu mais do que nas feiras; o antigo valor aquisitivo das sonoras moedas de coroa, muitas das quais ostentavam ainda a efígie de D. Luiz, rei de Portugal e dos Algarves, decaiu para menos de um tostão, e os serranos já não sabiam fazer contas, tomando como base das suas transações a "moeda"»<sup>177</sup>. Homens e mulheres, à porfia, fizeram subir a escala e a audácia do contrabando: «Do arroz e açúcar, para consumo doméstico, cresceu, tomou impulso, estendeu-se aos tecidos caros, ao calçado, ao azeite, para os comerciantes da «ribeira», onde iam comprar milho das colónias, a preços reduzidos e entregue por meio de requisições, e que pagava por bom preço, no outro lado, uma fábrica de destilação de álcool de cereais». O contrabando organizava-se em empresa «que atraía capitais, pois o lucro compensava largamente os prejuízos e os riscos»<sup>178</sup>. A dificuldade maior, quanto ao gado, era «conduzir os bois até ao outro lado do ribeiro», pois se os carabineiros se mostravam complacentes, os guarda-fiscais mostravam-se rigorosos<sup>179</sup>. O tráfico vertia-se em dinheiro e dos lucros saíam comissões para os conhecedores da terra que adquiriam os animais pelos camponeses da zona e angariavam compradores na fronteira galega, depois de passá-los a vau<sup>180</sup>.

Na fronteira do Barroso, contrabandeava-se, nos inícios da década de trinta, para além de alguns dos géneros alimentícios mencionados e gado da raia do Alto Minho, as peles, conforme em *Terra Fria*, de Ferreira de Castro, se conta<sup>181</sup>. De facto, valia a pena meter-se alguém a levar «açúcar e ovos de cá para lá»<sup>182</sup>. O gado também dava e mais as sedas, então muito baratas em Espanha e valendo uma fortuna em Portugal, bem como outras mercadorias de lucro, a comerciar em Chaves onde se despachavam para algures<sup>183</sup>. Por todo aquele trecho fronteiriço, os galegos estenderam o contrabando das peles que passavam pela calada da noite<sup>184</sup>. Para os de cá o negócio não se mostrava convidativo. De resto, apareciam poucas de texugo e de tourão, que sempre deixavam maior lucro, e para os galegos, que pagavam melhor, «pele esticada e seca ficava guardadinha para eles». As de raposa não escapava uma; e, «desdenhadas, só as de cabrito e de vitela» que, de «tão baratuchas», o português fartava-se de carregar com elas para poder ganhar uns tristes vinténs ...»<sup>185</sup>.

De tudo, nesta região, se trazia, de contrabando, da vizinha Espanha por aquela altura, já sob a ameaçada guerra civil, como se retira das páginas de *O Lobo Guerrilheiro*, de Bento da Cruz, passado também em terras de Montalegre: «mantas de viagem, cobertores, xailes, lençóis de linho, panos de seda, lenços de cambraia, porcelanas, faianças, meotes, tabaco, perfumes e fantasias»<sup>186</sup>; bem como, «pana, alpercatas de corda, cigarros, boinas, navalhais] de ponta e mola,

<sup>174</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>175</sup> *Ibidem*, p. 137-151.

<sup>176</sup> *Ibidem*, 138.

<sup>177</sup> *Ibidem*, p. 139.

<sup>178</sup> *Ibidem*, 139-UO.

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 142.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 156.

<sup>181</sup> Cf. Ferreira de Castro, *Terra Fria*, ed. cit, p. 857.

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 896.

<sup>183</sup> *Ibidem*, p. 897-898.

<sup>184</sup> />m.p.933,935.

<sup>185</sup> /fa</m.p.836.

<sup>186</sup> Cf. Bento da Cruz, *O Lobo Guerrilheiro*, ed. cit, p. 32.

mechas de isqueiro»<sup>187</sup>. Com a guerra civil alastrada, os galegos vinham abastecer-se no Barroso de bens de primeira necessidade: ovos, pão, azeite, fósforos, vinho, aguardente e outros géneros de mercearia. Por solidariedade humana fechavam os olhos os vigilantes da fronteira ou passavam salvo-condutos ou «guias requisitados e pagos nos postos da guarda-fiscal»<sup>188</sup>.

Descendo da Beira Alta ao Algarve, pela linha divisória que demarca os dois países vizinhos, a história do contrabando da aldeia de Quadrazais, na zona de Riba-Coa, contada no romance de Nuno de Montemor, *Maria Mim*, quando as mulheres o faziam, por baixo do traje de ceifeira de «riscado pardo»<sup>189</sup>, ocultavam rendas e sedas mal pregadas com alfinetes, e mais damascos amarelados, lenços vermelhos, «fitas e adereços luxuosos»<sup>190</sup>. Mas os homens também traziam sedas, e lãs, malhas, linhos, bordados, calçado, meias, tabacos, «rendas e artigos miúdos», camisas de seda espanhola que vendiam pelas ruas, cada uma, a cinquenta mil réis<sup>191</sup>.

Frente a Penamacor - a aldeia de Montalvo do romance? -, fica, numa cova, o povoado espanhol de Valverde dei Fresno, com o rio Erges de permeio. Por aqui passavam, como regista Fernando Namora no romance *de A noite e a madrugada*, as cargas de *estanho* de cinquenta quilos, levadas de Portugal pelo contrabando<sup>192</sup>. O minério era comercializado na mina de Pelares dei Porto e, no regresso, os contrabandistas *traziam fardos de fazenda*<sup>193</sup>. Na passagem da ribeira, a guarda apertava o cerco, tendo ordem rigorosa de botar-lhes a mão com ou sem carga<sup>194</sup>. A sorte que os esperava repartia-se ora pelo encurralamento na serra, ora pela perda do minério nas águas traiçoeiras da ribeira, na escuridão da noite. No lugar de Vale Feitoso também havia quem se abastecesse «de cevada pra negócio»<sup>195</sup>. Na trama romanceada de *Minas de San Francisco*, Fernando Namora, ao falar do contrabando pela serra de Penha Garcia, refere o «reles comércio de ovos»<sup>196</sup> que se fazia para Fonte Santa, anterior ao do café<sup>197</sup>, nos anos 40, e ao do volfrâmio que os receptadores espanhóis exigiam «puro», sem titano, pois os portugueses raramente faziam «negócio direito». Ao voltar, os contrabandistas tentavam-se em trazer «pólvora especial» que metiam na candonga<sup>198</sup>. A procura de explosivo era, de facto, grande e nem sempre o havia em quantidade suficiente. Quando tal acontecia, quem sofria era a laboração das minas e a sorte dos mineiros: «Os preços sobem e descem em três dias, consoante as esperanças e notícias sobre o fornecimento de dinamite, o pessoal é despedido sem piedade, galerias fecham ...»<sup>199</sup>.

Na brevíssima e episódica menção que, no romance neo-realista *Barranco dos Cegos* (1962), cuja acção passa no Ribatejo, se faz a contrabando, aliás praticado por finais da Monarquia, cerca de 1908, na fronteira que conduz a Mérida, Alves Redol refere que o protagonista, o rico latifundiário Diogo Relvas, pretendia introduzir clandestinamente em Espanha, através de passadores, cinco cavalos para toureio, o que permite concluir que, algures, por uma região do Alto Alentejo, outro gado e, por certo, mais bens transitariam da mesma forma.<sup>200</sup>

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>188</sup> *Ibidem*, 154-155.

<sup>189</sup> Cf. Nuno de Montemor, *Maria Mim*, ed. cit, p. 52.

<sup>190</sup> *Ibidem*, p. 62-63.

<sup>191</sup> *Ibidem*, p. 174-175.

<sup>192</sup> Cf. Fernando Namora, *de A noite e a madrugada*, p. 76.

<sup>193</sup> *Ibidem*, p. 117.

<sup>194</sup> *Ibidem*, p. 221.

<sup>195</sup> Cf. Fernando Namora, *Minas de San Francisco*, p. 221.

<sup>196</sup> *Ibidem*, p. 226.

<sup>197</sup> *Ibidem*, p. 202.

<sup>198</sup> *Ibidem*, p. 207.

<sup>199</sup> Cf. Alves Redol, *Barranco de Cegos*, 3ª edição, Lisboa, Publicações Europa-América, 1970, p. 343. António Alves Redol (Vila Franca de Xira, 1911 - Lisboa, 1969), romancista e dramaturgo, foi um dos cultores mais representativos do neo-realismo português, a partir de *Gaibéus* (1940), seguido de *Marés* (1941), *Avieiros* (1941) e *Fanga* (1943). De mencionar será o Ciclo Port Wine com *Horizonte cerrado* (1949), *Os Homens e as Sombras* (1951) e *Vindima de Sangue* (1953). O rigor na observação e a autenticidade são qualidades que se lhe apontam, como *Barranco de Cegos* é tida pela sua obra maior. Ver *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, obra cit. em 134, IV, p. 472473. Ao apreciar este romance, Oscar Lopes assinala, como dados valorativos, ser o mesmo não só um documento de uma realidade localizada em tempo e espaço definidos, mas também a revelação de «uma extensa experiência observadora de repórter», e «uma cultura histórico-social, ligando os mais largos problemas a situações regionais concretas». Cf. Oscar Lopes, *Os Sinais e os Sentidos*, op. cit, p. 64. Como esta, encontra-se uma ainda mais vaga alusão a artigos contrabandeados

A emigração *a salto* com destino a França, se irrompeu no Alto Minho, estendeu-se em breve ao país inteiro. Em *O Rio que vem do Lugo* se diz que a tentação era aliciante, pois «a arrancar ervas num cemitério» ganhava-se o suficiente para mandar «dois contos por mês»<sup>201</sup>. Mas havia outras motivações a pressionar. Venderam-se campitos junto do rio Minho, a fim de pagar aos engajadores que exigiam «dez notas grandes» pelo servicinho, também comprado com a venda do «fio grosso de ouro donde pendia o medalhão de filigrana antiga»<sup>202</sup>. O resultado deste «ciclo da emigração tipo francês» ficou bem vincado na memória desse pedaço da raia portuguesa, como o romancista Adelino Peres Rodrigues recordou: «Aqui, além, manchas de terras mortas. Nas lojas, picos, martelos e ferros de pedreiros no defeso, sem prazo. Nos albóios, esquecidos, entregues ao remoer das humidades e das poeiras, carros que já não roncam eufóricos no transporte incrível da amígdala de boa memória. Montes de sucata sem valor económico, cadáveres de ferro, aço e pergamóide abandonados em cemitérios de recordações, de realidades que não mais voltarão»<sup>203</sup>.

Se, em *Cinco Dias, Cinco Noites*, de Manuel Tiago, não se alude sequer ao tráfico do contrabandista-passador, e são indiscriminadas as mercadorias contrabandeadas, todas as vezes que referidas em *Seara ao Vento*, de Manuel da Fonseca, já José Rodrigues Migueis, em *O Pão não cai do céu*, precisa alguns desses bens de tráfico proibido, ao falar da candonga encaminhada através da travessia do baixo Guadiana, com saliência para a accionada pelo *cigano*. Só fardos de sedas e rendas passadas aos direitos subiam a contos de réis<sup>204</sup>. De resto, fazia-se contrabando de outras coisas finas e perfumes<sup>205</sup>, e armas também, este último facilitado pela guerra civil espanhola, mesmo que não fosse além de algumas caçadeiras e revólveres<sup>206</sup>. E assim, para lá do comércio, o contrabando servia: a política, a convulsão social, os levantamentos revolucionários e a circulação de ideias proibidas.

\*

Aqui se deixa, através da faina contrabandista, uma visão panorâmica da memória da fronteira luso-espanhola que a integração dos dois países ibéricos na união europeia, há pouco, desmantelou. Percorrendo o romance contemporâneo português, levantou-se a história secular dessa actividade perseguida que o anima ou por ele circula, em páginas dramáticas e sangrentas não poucas - que a vida humana é assim caldeada. Na reconstrução do nosso passado social, económico, político e cultural, não se pode ignorar este *documento*, apesar do peso que possa ter o imaginário reconhecível no embeber da ficção. Assinalou-se espaços e conjunturas, para que realidades geográficas e cronológicas permitissem cotejos e provas que a historiografia científica proporciona. É apreciáveis contributos interdisciplinares traz este *húmus*, talvez mais fielmente observado e transposto do que se pensa. A história faz-se de tudo, porque é dominada pela pletora do evoluir da existência humana que deixa, sem cessar, marcas no tempo. O homem é o ser da *invenção*, que não pára ante entraves e desafios. A droga, a emigração clandestina de trabalhadores, o aliciamento de mulheres estrangeiras para acorrer à procura sexual juntaram-se hoje ao tradicional passe de tabaco, da bebida, de carnes e gado e de peixe. Sempre mais matéria prima a desafiar os pesquisadores do *presente* e do *passado*: jornalistas, sociólogos, romancistas e historiadores que, na dobadoira dos dias, registam a *memória dos homens* respeitante à existência que têm ou viveram.

na região beiroa, em *Voljramio* (1944) de Aquilino Ribeiro, quando o romancista introduz na intriga um almocreve: «O roupinho, de Cruita do Alto, que andava com a rifa de terra em terra, ora vendia mecha para fumadores, ora comprava cornelho, tanto mendigava com meninos alugados como bufarinhava, puxando da sua nota, veio oferecer-lhe chumbo de contrabando para a caça». Cf. Aquilino Ribeiro, *Voljramio*, ed. cit em 136, p. 30. <sup>201</sup> Cf. Adelino Peres Rodrigues, *op. cit.* p. 159. <sup>202</sup> *Ibidem*, p.160. <sup>203</sup> *Ibidem*, p.162.

<sup>204</sup> Cf. José Rodrigues Migueis, *O Pão não Cai do Céu*, ed. cit, p. 10.

<sup>205</sup> *Ibidem*, p. 35,143,185. <sup>206</sup> *Ibidem*, p. 200,235.